

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

DILMA JOSEFA DE SOUZA MOREIRA

**DEPREDAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR:
O CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PRESIDENTE KENNEDY/ES**

SÃO MATEUS-ES

2021

DILMA JOSEFA DE SOUZA MOREIRA

DEPREDAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR:
O CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Vale do Cricaré como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Ciência, Tecnologia e Educação, Mestrado Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

Banca: Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto, membro interno da FVC.

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

M838d

Moreira, Dilma Josefa de Souza.

Depredação e preservação do patrimônio público escolar: o caso de uma escola municipal em Presidente Kennedy/ES / Dilma Josefa de Souza Moreira – São Mateus - ES, 2022.

68 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Vandalismo na escola. 2. Patrimônio público escolar - Preservação. 3. Ensino fundamental. 4. Presidente Kennedy - ES. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 371.5

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

DILMA JOSEFA DE SOUZA MOREIRA

PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE PRESERVAÇÃO NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 20 de dezembro de 2021.

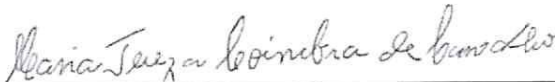
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me direcionar em todos os momentos de dificuldades.

Aos meus amigos, que em todo o tempo estiveram prontos a me ajudar nessa etapa promissora de minha vida e em especial , à minha família, pela motivação, pelo apoio e paciência, principalmente nos momentos de estudo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco, que imensamente contribuiu para meu crescimento intelectual, sempre disposto e atencioso, prontamente justo e direto a me ajudar e encaminhar para os estudos da temática.

Por fim, aos demais professores do mestrado, pelo incentivo e partilha de novos saberes e conhecimentos.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio
Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores,
é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato.

Nildo Lage

RESUMO

Este estudo tem por finalidade analisar o fenômeno da depredação do patrimônio escolar numa Escola Municipal de Ensino Fundamental em Presidente Kennedy/ES. Para tanto, recorreremos aos teóricos para explicar o porquê que este fenômeno tem se generalizado pelo Brasil afora, as consequências da ocorrência desse fenômeno e como e porquê devemos intervir para que isso não aconteça ou seja minimizado. Desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa, com estudo de caso sobre a depredação do patrimônio público, realizando ainda uma intervenção na escola pesquisada, para tanto, trabalhamos com uma turma do Ensino Fundamental anos iniciais, por meio de oficinas onde refletimos e analisamos o problema da depredação do patrimônio escolar. Realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro professores, 12 alunos e três gestores municipais ligados à Secretaria de Educação. Trabalhamos ainda, com análise documental (fotografias, correspondências, planilha de custos) produzidos pela Secretaria Municipal de Educação e da direção da escola. Como produto final realizamos uma exposição na escola referente ao material produzido pelos alunos em relação ao que foi levantado sobre a depredação do patrimônio escolar.

Palavras-chave: Depredação do patrimônio escolar. Intervenção. Presidente Kennedy/ES

ABSTRACT

This study aims to analyze the phenomenon of deprecation of school property in a Municipal Elementary School in Presidente Kennedy/ES. Therefore, we resort to theorists to explain why this phenomenon has become widespread throughout Brazil, the consequences of the occurrence of this phenomenon and how and why we should seek to intervene so that this does not happen or is minimized. We intend to develop a qualitative research, still carrying out an intervention in the researched school, for that, we will work with a class of Elementary School I, through workshops to reflect and analyze the problem of deprecation of school heritage. We will conduct semi-structured interviews with 4 teachers, 12 students and 3 municipal managers linked to the Department of Education. We will also work with document analysis (photographs, correspondence, cost spreadsheet) produced by the Municipal Education Department and the school management. As a final product, we intend to exhibit at the school the material produced by the students referring to what was raised about the deprecation of school heritage.

Keywords: Depredation of school property. Intervention. President Kennedy/ES

SIGLAS

EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental

EUA – Estados Unidos da América do Norte

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

CAOES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PNDE – Programa Nacional do Livro Didático

LISTAS DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 Depredação em porta de banheiro..... | 36 |
| Figura 2 Depredação em porta de banheiro..... | 37 |
| Figura 3 Depredação de grade de janela..... | 38 |
| Figura 4 Pichação em porta..... | 39 |
| Figura 5 Depredação de móveis..... | 39 |
| Figura 6 Depredação de janela..... | 40 |
| Figura 7 Depredação de ventilador..... | 40 |
| Figura 8 Depredação em banheiro..... | 41 |
| Figura 9 Intervenção na escola: oficina..... | 50 |
| Figura 10 Intervenção na escola: oficina..... | 51 |
| Figura 11 Intervenção na escola: oficina..... | 52 |
| Figura 12 Intervenção na escola: oficina..... | 52 |
| Figura 13 Intervenção na escola: oficina..... | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 A DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA | 16 |
| 2.1 O QUE É A DEPREDÇÃO ESCOLAR..... | 16 |
| 2.2 O PATRIMÔNIO PÚBLICO DA ESCOLA..... | 21 |
| 2.3 SOBRE OS INVESTIMENTOS NA ESCOLA | 28 |
| 3 METODOLOGIA | 30 |
| 4 DISCUSSÃO DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS | 34 |
| 4.1 APRESENTANDO O MUNICÍPIO | 34 |
| 4.2 APRESENTANDO A ESCOLA..... | 35 |
| 4.3 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA..... | 35 |
| 4.4 AS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES | 42 |
| 4.5 AS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS..... | 46 |
| 4.6 AS ENTREVISTAS COM OS GESTORES | 47 |
| 4.7 A INTERVENÇÃO | 49 |
| 4.8 AÇÕES DE INTERVENÇÃO: A TEORIA ALIADA À PRÁTICA | 53 |
| 5 PRODUTO FINAL | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 61 |
| 6 REFERÊNCIAS | 62 |
| APÊNDICES | 65 |
| APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR..... | 65 |
| APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR | 66 |
| APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNO..... | 67 |

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a situação de depredação do patrimônio público escolar não é algo isolado, as instituições brasileiras sofrem com esse fenômeno, seja por paredes pichadas, carteiras quebradas, janelas e maçanetas de portas destruídas, banheiros com portas e espelhos quebrados, carteiras e paredes rabiscadas.

Tal cenário desolador acontece de norte a sul do país e no estado do Espírito Santo não é diferente – ocorre nas áreas urbanas e na zona rural, também presente em Presidente Kennedy/ES, onde há registro de um número significativo de escolas que encontram-se depredadas. Essa situação tem sido tão grave que a Secretaria de Educação Municipal, já vem ao longo dos últimos anos se debruçando sobre este problema, embora não tivéssemos conhecimento de ações para minorar ou eliminar tal fenômeno.

Ver o patrimônio público escolar sendo depredado e destruído torna-se angustiante para professores, pais, alunos e administradores escolares municipais. Essa inquietação tem deixado, em especial nós educadores, a certeza de que é necessário fazer algo para que esse cenário seja mudado, pois estes sabem que eliminar a depredação do patrimônio público escolar significa promover junto aos alunos o sentido de educar para a vida social e conseqüentemente para a vida profissional e cidadã.

A conservação do patrimônio escolar é primordial, pois uma instituição de ensino devidamente conservada, com instalações bem cuidadas e toda a infraestrutura funcionando adequadamente são premissas fundamentais para que haja bons índices de satisfação e aprendizado.

O Patrimônio Escolar deve ser valorizado por todos e sua proteção deve ser pensada para e pelos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar. A sensibilização e conscientização de como e porque preservar deve ser realizada através de políticas públicas que envolvam as comunidades e os agentes que se relacionam com os bens portadores da memória coletiva e da identidade cultural dos diversos grupos sociais. Uma escola onde o patrimônio público escolar é respeitado e conservado passa a imagem de limpeza, zelo, organização e bem-estar de todos.

A questão da preservação do patrimônio público escolar para nós, educadores, é uma questão vital, e em nosso entender é ponto de honra do papel que educadores podemos e devemos desenvolver no nosso fazer cotidiano de compromisso social.

Aqui cabe um destaque especial ao que consideramos fundamental no comprometimento social de nós profissionais da educação. Para tanto, todo profissional deve estar engajado politicamente, pois só por meio do nosso compromisso social podemos mudar o cenário da escola e de nossa sociedade. Dessa forma, concordamos com Freire (1981), que afirma que quanto mais nos capacitamos profissionalmente mas tenho condições de sistematizar minhas experiências e dessa forma, transformar realidades.

Sabemos que a educação em qualquer instância não é unicamente um problema técnico, mas antes de tudo uma questão política. O educador além de técnico é político e este deve , levando a quem aprende, para que este seja capaz de utilizar-se deste conhecimento na busca pela transformação da sociedade, da realidade em que ele vive. Dessa forma, é possível que:

Na medida que se pretende que cada indivíduo possa/deva ser agente consciente de sua prática social, é preciso que se torne capaz de dominar o mais possível, o conhecimento elaborado existente na sociedade em que vive, inclusive o próprio modo de produzir um conhecimento (OLIVEIRA, DUARTE, 1985, p. 92).

Concordamos com Jesus (1986, p. 106), uma vez que a escola é responsável pela “[...] formação da consciência e dos valores fundamentais do humanismo capaz de gerar um homem forte, organizado para ser tenaz e resistente, educado para ser confiante”. Os profissionais da educação, nesse sentido, devem ser revestidos de fundamental importância, devem agir como intelectuais transformadores, críticos, que levem seus alunos a entenderem seu papel na sociedade e que buscam exercer sua cidadania para transformar a sociedade em que vivem. Nesse sentido, Giroux (1987, p. 18), quando fala do profissional educador/transformador, indica que deve ser crítico na produção e avaliação do que ensina e isso só pode ser realizado se este estiver “[...] envolvido na produção de materiais curriculares adequados aos contextos sociais e culturais em que trabalha”. Entendemos que é papel dos educadores buscar a relação entre educação e cidadania, na qual podemos transformar a sociedade.

Conhecer a dura e triste realidade da depredação do patrimônio escolar, existente em diferentes escolas no município de Presidente Kennedy/Es, tem nos levado, e aos demais colegas de profissão, a vivenciarmos uma inquietude e nos debatermos sobre este problema na expectativa de encontrarmos uma saída para minorá-lo ou, quem sabe, até mesmo eliminá-lo.

Ao definirmos a realização desta pesquisa, partimos de algumas questões

geradoras, considerando-se serem estas nossas preocupações com a questão da relação da depredação do patrimônio público em Presidente Kennedy/ES. Como nossa proposta será descrever e analisar o fenômeno da depredação do patrimônio público escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF São Salvador, estabelecemos como foco as seguintes questões:

- Como lidar com o problema da depredação do patrimônio público escolar e quais alternativas para que tal situação seja minorada ou extinta?

- O que leva os alunos a depredarem o patrimônio público escolar e o que é depredado?

- Que ações são efetivadas pela escola para eliminar ou minorar o problema da depredação do seu patrimônio?

- Qual o custo para a Secretaria Municipal de Educação e para a escola em razão da depredação do material público escolar?

- É possível conscientizar os alunos e a comunidade para que se evite a depredação do patrimônio público escolar? O que pensam os alunos e os educadores em relação a essa atitude?

Munido do que nos aponta a literatura, acerca da depredação do patrimônio público escolar no Brasil, aliado com o que visualizamos na nossa experiência profissional, estabelecemos como Objetivo Geral: pesquisar a respeito da depredação do patrimônio público numa escola no município de Presidente Kennedy/ES.

E como Objetivos Específicos, apresentamos:

- Listar os danos causados à escola e à municipalidade, face à depredação do patrimônio escolar;

- Atuar no sentido de que a comunidade, o corpo técnico da escola e os alunos possam discutir e achar possíveis soluções para minorar ou acabar com a depredação do patrimônio público escolar;

- Identificar as ações que surtem efeito, em relação à prática de preservação do patrimônio público escolar, valorizando o espaço coletivo de uso comum a todos;

- Promover discussões junto aos alunos em relação à depredação do patrimônio público escolar no sentido de que a partir de uma ação integrada seja possível mudar a realidade da escola em relação a esse fenômeno.

- Realizar um Encontro Científico (Ciclo de Palestras) para discutir a temática em relação à depredação do patrimônio público escolar.

Esta pesquisa parte da ideia de trazer uma contribuição social, para a escola e para a comunidade a qual ela faz parte, por entendermos, tal como aponta Menga, Ludke (1986, p. 5) que “Todo ato de pesquisa é um ato político”. Estamos partindo do pressuposto da relevância e da importância social da pesquisa, no objetivo e certeza de que esta contribuirá ao final para o desenvolvimento social e humano dos nossos alunos.

Apontamos como justificativa para este trabalho a nossa vontade de contribuir para uma reflexão sobre o problema e para uma mudança de comportamento em relação a essa situação, objetivando mais respeito, educação e consciência sobre o que é público pertence a todos, porém deve ser cuidado por todos.

A disponibilidade de ter acesso à escola pesquisada para fazer o estudo, se justifica por ser o nosso local de trabalho, como discente, além de ter apoio da gestão e do corpo pedagógico e técnico-administrativo.

Entendemos ainda que esta pesquisa se justifica pela contribuição que poderá oferecer aos alunos e à comunidade do seu entorno, uma vez que, após sua realização, possibilitaremos a noção de preservação do patrimônio público e o despertar pela cidadania.

Essa pesquisa buscou compreender o fenômeno da depredação do patrimônio público escolar numa escola pública municipal em Presidente Kennedy/ES e consequentemente encontrar alternativas para minorar ou eliminar essa situação. Nesse sentido, é possível afirmarmos que realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, onde diagnosticamos o fenômeno. Pesquisas desta natureza, como apontam Ludke; André (1986, p. 13), nos permitem apontar situações, acontecimentos, descrições pormenorizadas, que acontecem aonde o fenômeno é estudado. Neste caso portanto, este tipo de pesquisa “[...] enfatiza mais o processo que o produto”, se preocupando em evidenciar o que pensam aqueles que participam do estudo.

Mas foi no desejo não apenas de diagnosticar o fenômeno da depredação do patrimônio público da escola em questão foi nossa intenção realizar um trabalho de Intervenção na escola, por desejarmos que essa ação propicie levar os alunos a refletirem sobre a realidade vivida e a partir de então desejar sua transformação. Para tanto, realizamos inicialmente um estudo exploratório onde diagnosticamos com mais profundidade o problema vivido em relação ao tema pela escola.

O problema da depredação do patrimônio escolar é tão grave nos dias de hoje

no Brasil, que a academia tem se debruçado enormemente sobre este fenômeno, o que tem resultado no aparecimento de inúmeros trabalhos acadêmico-científico. Muitas são as teses do doutorado, dissertações de mestrado, artigos em periódicos, livros autorais. No banco de dados da (Capes), encontramos mais de 1.400 teses publicadas e reconhecidas que envolvem direta ou indiretamente a temática, o que nos leva a repensar o quão expressivo e necessário se faz a intervenção sobre o problema em questão.

Para que se tenha uma melhor dimensão do “estado da arte” desta produção acadêmica sobre a depredação do patrimônio escolar, dedicaremos um subitem para tratar do assunto.

Assim, a presente pesquisa está assim constituída:

No capítulo 1, denominado **Introdução**, apresentamos o nosso objeto, a delimitação e espacialidade do tempo, sua problematização, seus objetivos e justificativa, bem como sua metodologia, fontes, instrumentos.

No capítulo 2 – **A depredação do patrimônio público escolar**: Uma discussão teórica, discutimos o que é depredação do patrimônio público escolar, as consequências que resultam para o poder público, para a escola, para os alunos e educadores, apresentamos o “estado da arte” em relação à temática (revisão da literatura), apontamos ainda os custos que a depredação provoca para o poder público.

No capítulo 3 – **Metodologia**, abordamos a nossa opção metodológica, os instrumentos e as fontes, explicitando teoricamente essa. Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa. Após o diagnóstico do fenômeno da depredação do patrimônio público escolar, realizamos um trabalho de intervenção com o universo pesquisado e com os demais educadores da escola.

No capítulo 4 – apresentamos a **Discussão dos dados**, buscando verificar como tem se dado o fenômeno da depredação do patrimônio escolar na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF São Salvador, localizada na zona rural de Presidente Kennedy/ES. Inicialmente, caracterizamos o município, a localidade onde a escola está situada e a sua clientela, buscando focar o problema em relação a depredação do patrimônio escolar. Buscamos ainda, apontar as causas e o efeitos dessa depredação, como a escola e a equipe da escola veem esse problema e como tem buscado uma solução para resolver os impasses desse fenômeno.

Discorreremos sobre o processo da realização da Intervenção na escola, apontando o que os teóricos pensam sobre essa possibilidade de realização de trabalho, apontando os passos a passos desse processo e os resultados obtidos após sua concretização.

Por fim, apresentamos o Produto Educacional de nossa dissertação que será a realização de um ciclo de palestras em outras escolas municipais de Presidente Kennedy/ES para falarmos da experiência vivida na escola da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF São Salvador.

2 A DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 O QUE É DEPREDÇÃO ESCOLAR

A lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, define o que é Patrimônio Público, em que declara como o conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencentes aos entes da administração pública direta e indireta. Ainda de acordo com a lei, o que caracteriza o patrimônio público é o fato dele pertencer a um ente público – a União, Estado, Município ou ainda a uma autarquia.

Patrimônio Escolar é o conjunto de bens suscetíveis de depreciação econômica obtidos através de aquisição, devidamente identificados e registrados contabilmente. Ele é constituído de bens móveis e imóveis que formam a parte física da Escola. Quando um patrimônio estiver vinculado ao Estado, Município ou em alguma Instituição é de inteira responsabilidade do chefe, do agente ou dirigente adotar providências necessárias à sua preservação e conservação. Sendo o patrimônio público e/ou escolar pertencente ao povo, cabe a todos, por ele, zelar, preservando-o. Danificar o bem público é crime.

Se a lei prevê que depredar o patrimônio público escolar é crime, por que tal fenômeno acontece rotineiramente nas escolass do país, de norte a sul? Seria o fato de termos dificuldades em compreender que o público não é privado (LARANJA, 2007), que o público é de todos nós?

Conforme já pontuamos, não diferente de outras unidades de ensino espalhadas pelo país inteiro, um grande problema enfrentado pelas escolas é a depredação do patrimônio público escolar. Essa também é a realidade da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF São Salvador, localizada em região rural do Município de Presidente Kennedy/ES. Embora esteja localizada no interior, onde a maioria das pessoas imagina que não exista a depredação do patrimônio público escolar, isso acontece e, por vezes, tanto quanto nas escolas localizadas no centro do município.

É importante salientar que depredação é diferente de situações onde o material de consumo e o material permanente se deterioram, seja pelo uso contínuo ou por defeitos do uso dos mesmos.

O município de Presidente Kennedy/ES conta, atualmente, com 28 escolas administradas pela Prefeitura, recebe, como todos os outros municípios do país, verba estadual e federal para mantê-las, porém, observamos, por meio de dados estatísticos da Secretaria Municipal de Ensino do referido Município, que os gastos com reparos em relação à depredação nas escolas é bastante significativo.

De acordo com Miranda (2009, p. 109) todo ano, “o Poder Executivo destina parte significativa do orçamento para a manutenção das escolas públicas”. São gastos com reforma de instalações, conserto de equipamentos, pinturas, troca de carteiras, entre outras despesas. Esses recursos poderiam ser economizados e investidos em outros setores da educação, se não fossem os atos de vandalismo e de destruição do patrimônio escolar.

Souza (2009, p. 48) destaca que a luta pela valorização do patrimônio tem seu início na própria luta pela defesa dos bens que cercam a escola. Não podemos aceitar que jovens depredem seu próprio ambiente de estudo e que destruam aquilo que eles mesmos poderiam desfrutar. É vital que haja uma vigilância de todos no sentido de evitar a depredação de bens da escola que, ao serem destruídos, estarão causando prejuízos a todos, na medida em que podem escassear e atrapalhar o desenvolvimento das ações educativas.

A preservação e a conservação do espaço escolar constituem não apenas um dever do Estado, mas de todos os cidadãos. Sem o apoio da sociedade, dificilmente o Poder Público conseguirá coibir fatos que impactam negativamente o meio escolar. Por essa razão, é de suma importância ações que incentivem os alunos a participarem individual e coletivamente na defesa da escola. Por vezes, as crianças, jovens e adultos têm a consciência da necessidade de preservar o patrimônio público escolar; o que falta, de fato, é a prática dessa consciência.

Foi nas primeiras décadas do século XX que teve início a luta pela democratização do ensino, a qual resultou na escola pública, gratuita, laica, mantida pelo governo e que concederia direito de estudar a todas as pessoas. Brandão (1981, p. 22), assinala que essa democratização do ensino possuía duas facetas, uma vez que políticos e educadores,

[...] ao pregarem ideias de uma educação voltada para a vida, a mudança, o progresso, a democracia, traduziam ao mesmo tempo o imaginário democrático de seu tempo e, por outro lado, o projeto político que servia aos interesses de novos donos do poder e da economia”. Introduzem assim novos tipos de usos políticos do aparato pedagógico, adaptado aos novos modelos

de controle da cidadania instituído pela demanda de “quadros” qualificados para o trabalho nas fábricas, num processo de transferência do capital da agricultura para as indústrias.

Brandão (1981), em seu livro “O que é Educação”, aponta que algumas pesquisas de sociólogos americanos realizadas na década de 1950, confirmam que, mesmo nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), o ingresso da criança pobre nas salas das escolas não fez desaparecer a divisão anterior entre o “aprender-na-oficina para o trabalho subalterno e o aprender-na-escola para o trabalho dominante”. Desse modo, Brandão (1991, p. 36) afirma que : “o filho do operário estuda para ser operário que acaba sendo, e o filho do médico para ser médico ou engenheiro”, sendo igualmente comum fazerem alardes em festa de formatura, quando um filho de operário consegue sair formado na Faculdade de Engenharia, o que denota que “a educação da sociedade capitalista avançada reproduz na moita e consagra a desigualdade social”. Podemos completar afirmando, tal como o faz Brandão, que a educação “vale como um bem de mercado, e por isso é paga e às vezes custa caro”(p. 36).

No Brasil, todos sabemos que, desde os primeiros tempos coloniais, a educação sempre foi aspanágio de poucos. O que se verificou, ao longo da história brasileira, foi a constituição de uma escola dual, a que servia aos mais abastados financeiramente, que em geral eram de melhor qualidade, preparando esse contingente para ocuparem a elite dirigente e uma escola destinada aos desafortunados, que não passava da instrução elementar ou de primeiras letras (FRANCO, 2001).

Em outras palavras, Freire (1991, p. 54) diz que: “Afirmar como ideia o que nega como prática é o que move o mecanismo da educação autoritária na sociedade desigual”. Na realidade, a educação escolar, revestida de sua nova configuração democrática, camufla na prática o que promete na teoria, a proclamada igualdade.

A Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) só veio acrescentar informações e obrigatoriedades de extrema importância na educação do Brasil, pois, de acordo com ela, a educação é um direito de todos e as crianças precisam ter acesso ao ensino desde os primeiros anos de vida, com precária das escolas está afetando a qualidade do ensino nas escolas públicas. Tal afirmação é notícia do Jornal Gazeta do Povo.

Escolas depredadas e com espaços desconfortáveis fazem com que o aluno sinta-se desmotivado e até abandone os estudos.

Duas em cada dez escolas brasileiras estão depredadas. Entre os problemas, portas e janelas quebradas, brinquedos mal conservados e paredes e muros pichados. Diante desse cenário, especialistas alertam para a interferência do ambiente na qualidade do ensino e do aprendizado. Uma estrutura deficiente torna as atividades de alunos e professores mais complicada e pode contribuir, inclusive, com a evasão de estudantes.

O dado faz parte de um estudo conduzido pela Fundação Victor Civita – que trabalha com a produção de conteúdos e pesquisas na área de educação – e, segundo a diretora-executiva, Angela Dannemann, o número só não é maior porque engloba instituições públicas e privadas. Embora não estimado, o total de escolas mantidas pelo poder público em péssimo estado de conservação é muito superior.

Para os educadores, um ambiente escolar limpo, pintado e organizado faz o aluno se sentir acolhido, disposto a usufruir o que o espaço oferece e empenhado em aprender mais. “A escola é como um shopping center, em que tudo é voltado para um objetivo. No caso do shopping é o consumo e no da escola, a educação. Todo espaço que cerca o estudante tem de ser atrativo e passar alguma informação. Por isso é importante que os jovens gostem de ficar nela, se sintam à vontade e não queiram ir embora o mais rápido possível”, diz a psicopedagoga e professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná Evelize Portilho.

Estrutura

Além das estruturas pedagógicas básicas – como playground, cancha de esportes e carteiras e quadros negros adequados –, outros aspectos, que à primeira vista parecem um detalhe, são essenciais para garantir que crianças e adolescentes passem quatro ou cinco horas por dia em um ambiente sem se sentirem desconfortáveis.

Entre esses detalhes estão o tamanho da sala de aula, o formato das janelas e a existência de áreas verdes. Os dois primeiros itens estão relacionados à ventilação. Eles precisam ter um tamanho adequado para permitir a entrada de ar. Caso contrário, um ambiente abafado pode fazer com que o aluno perca a atenção e fique sonolento.

O espaço verde é funcional e serve como área de convivência. “A vegetação, combinada com um bom projeto paisagístico, além de criar um espaço público e recreativo mais agradável, ajuda no conforto térmico e acústico. Para amenizar o ruído que vem da rua, é importante ter um trecho de árvores entre ela [rua] e a entrada da escola”, explica a arquiteta Andressa Ferraz Damiani, da Cosmopolita Arquitetura, que trabalhou na aprovação de projetos de escolas públicas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Manter um ambiente escolar adequado não é tão simples quanto parece. Quando se trata de instituições públicas, ainda é preciso vencer a burocracia. No Paraná, as escolas estaduais têm recursos do Fundo Rotativo para fazer pequenos reparos, como arrumar um vidro quebrado ou limpar a caixa d’água. Para reformas maiores, é preciso entrar em uma lista de prioridade. Como dois terços das 2.136 escolas precisam de algum reparo, as que ficam destelhadas por causa de chuva, por exemplo, têm prioridade. “Um engenheiro vai até o local e analisa. Se o problema comprometer as aulas, a escola é atendida”, explica Jaime Sunye Neto, superintendente de Desenvolvimento Educacional do Paraná.

Aluno deve se sentir como parte da escola.

Escolas antigas tendem a apresentar mais problemas estruturais. Falhas que, se mantidas por muito tempo, podem estigmatizar o local. “Se um professor puder escolher onde dar aula, vai preferir os espaços mais confortáveis e melhores. Isso gera um círculo vicioso, onde as instituições com melhor infraestrutura são também as com melhores docentes e vice-versa”, comenta Angela Dannemann, diretora-executiva da Fundação Victor Civita.

Dentro desse ciclo, alunos que não se sentem como parte da escola, ajudando a mantê-la em ordem, também têm mais chances de abandonar os estudos. Com uma estrutura bem cuidada e ações que envolvam os jovens para conservá-la, a importância daquele local para a vida do estudante torna-se mais evidente. “Esse trabalho de conscientização deve ser feito pela gestão escolar. Se não houver isso, os alunos vão continuar depredando, pois a veem como algo público, que pertence a todos e não a ele”, diz a psicopedagoga Evelize Portilho.

Comunidade

O envolvimento da comunidade também é fundamental nesse processo de identificação do aluno com a escola. Por isso, no Paraná, a rede estadual tem adotado uma boa estratégia: deixar que a comunidade opine em cada obra que é feita. Quando são necessários reparos, a direção reúne associação de pais e outras pessoas do entorno escolar para que eles digam quais são as prioridades, o que deve ser construído ou reformado primeiro (...) (SIMAS, 2012, p. 15).

Torna-se um tanto quanto complexo mensurar exatamente quanto o poder público tem de gastos em relação à depredação do patrimônio escolar, pois envolve classes diferenciadas de níveis de oferta de ensino, seja Fundamental anos iniciais, Fundamental anos finais, Ensino Médio e Ensino Superior, entretanto, dados da Secretaria Municipal mostram quem os gastos em despesas com consertos de depredação do patrimônio público chegam, aproximadamente, ao valor de R\$ 62.000,00 mil reais, para as escolas do município de Presidente Kennedy, um montante expressivo, haja vista a temática em questão (Plano Político Pedagógico – Plano de aplicação 2020, Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy-ES, Julho de 2020), o que não é um valor pequeno.

O fenômeno da depredação do patrimônio público tornou-se tão recorrente no Brasil que tal situação tem sido alvo de preocupação de educadores e administradores públicos, que buscam pensar conjuntamente em como atacar tal situação. Além do custo financeiro, essa depredação provoca entre os usuários da escola um desconhecimento da cidadania e, além disso, da indistinção entre o público e o privado. O patrimônio escolar é público, mas não é de ninguém em específico, mas sim da coletividade.

Segundo Imasaki e Vieira (2003, p. 11)

A depredação do patrimônio escolar, além de caracterizar um ato de violência, representa um enorme desperdício dos recursos públicos. Todos os anos são destinados recursos para reparar danos causados aos equipamentos escolares, recursos estes, que poderiam ser aplicados no processo ensino-aprendizagem, favorecendo a qualidade.

Apresentamos, a seguir, um “estado da arte” referente à produção brasileira sobre a questão da depredação do patrimônio público escolar.

2.2 O PATRIMÔNIO PÚBLICO DA ESCOLA: REVISANDO A LITERATURA

Considerando que a escola é um lugar de produção de cultura, que se objetiva nas práticas que se operacionalizam nos processos formativos de conhecimento e cognição, podemos dizer que essas ações se materializam nos espaços, objetos e outros documentos que são parte do patrimônio cultural da escola. Patrimônio este que está relacionado a modos de sociabilidade vividos nas instituições da formação básica, que emerge de uma cultura compartilhada, passando a ser patrimônio comum. Por esse motivo, Escolano Benito (2012), considera que se deve proteger esse bem comum que ele denomina como patrimônio educativo, uma vez que está relacionado à base da nossa formação e da nossa identidade social, bem como por ser um objeto estratégico por valorizar bens que em outro tempo foram subestimados e que agora apresentam novas possibilidades. Os vestígios materiais da escolarização são indícios visíveis do passado da educação, são o testemunho da experiência, indiciadores de práticas e elementos identitários da memória da escolarização.

Para Aranha (1993), o patrimônio cultural pode ser considerado como o resultado de escolhas das práticas culturais, representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade, que merecem ser preservadas. O estudo do patrimônio cultural relacionado à educação pode abranger, assim, tanto a produção material quanto imaterial da escola como meio para compreender a história e auxiliar nos processos de reflexão da sobre ela, no presente. Entretanto, o que mais se destaca no campo da história da educação são os estudos sobre a materialidade associada à educação.

Ao estudar o patrimônio da educação, considerando-o produto e vetor das relações sociais, é possível que ele receba novos usos e significados dentro do contexto em que está inserido (POSSAMAI, 2012). Buscando, assim, “[...] melhor

compreendê-lo, retirando-o da naturalização, percebendo sua historicidade e seus múltiplos caminhos de apropriação social” (POSSAMAI, 2012, p. 119). E é assim que esses bens, ao serem estudados e analisados, poderão alcançar relevância social na contemporaneidade.

Mais uma vez recorremos a Escolano Benito (2012), que diz que essas discussões conservam chaves e significados que estão no núcleo duro da cultura escolar, sua identidade e sua tradição, que são resultados da sua história. Assim, justificam-se os esforços por buscar, registrar, custodiar e interpretar essa materialidade real e simbólica que é resultado de processos ocorridos na história da educação e das ações e apropriações dos agentes envolvidos.

Para o mesmo autor, ainda, essa salvaguarda não se ancora em um gesto conservador, e sim porque os bens materiais e imateriais que formam o patrimônio educativo transmitem significados e possibilitam construir solidariedade entre as gerações. Para esse autor, o conhecimento desse patrimônio possibilitaria uma melhor compreensão da contemporaneidade e também de respeito ao passado, bem como de uma melhor compreensão das culturas institucionais e de como as inovações tecnológicas poderiam ter mais possibilidades de sucesso.

Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008).

A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envoltos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado e de uma identidade a ser preservada e difundida em detrimento de outras que deveriam ser esquecidas. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem como patrimônio cultural. Estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009).

O patrimônio cultural pode ser traduzido nas manifestações materiais e imateriais de uma coletividade, abrangendo os bens simbólicos de todos os grupos, sendo que os bens preservados devem estar à disposição e usufruto de todos (CANCLINI, 2008).

O patrimônio imaterial refere-se à produção simbólica de uma determinada sociedade, inclui “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas”

que são reconhecidas como tal, aos modos de fazer (UNESCO, 2006, p. 04). No campo do patrimônio, conflitam diversos interesses: o patrimônio edificado, as práticas culturais, entre outros, que são aspectos que demandam interesses de valoração e preservação, influenciando diretamente no cotidiano dos indivíduos, conforme Pedro Paulo Funari, Sandra de Cássia Araújo Pellegrini (2009, p. 23):

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade.

Mas qual seria a razão dos escolares brasileiros depredarem tanto a escola e seus equipamentos? Acreditamos que a banalização da vida e a brutalização das relações humanas, somadas à minimização do Estado, são tidas como fatores preponderantes para o aumento dos índices de violência expressa dessa forma ou de quaisquer outras. Talvez os alunos que cometam tais atos sejam também motivados por essas ou por diferentes razões, mas, o que se quer mostrar aqui é a relação entre aqueles que cometem os atos e o sentimento deles em relação à escola.

Para Françoise Choay (2006), o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo. Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas de quem tem o poder de optar por qual é a memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. O campo do patrimônio cultural é, de fato, complexo, e nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam. O conceito é dinâmico, está em constante processo de elaboração e, segundo o historiador francês Le Goff (1990), o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolvem as escolhas.

O patrimônio também é considerado como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço (SALVADORI, 2008). Nesse sentido, é grande a importância que o patrimônio e as memórias têm para a formação da identidade, pois os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações

futuras, reúnem “[...] referenciais identitários, memórias e histórias — suportes preciosos para a formação do cidadão” (FUNARI, PELEGRINI, 2009, p. 59).

Tratar a questão, com ensinamentos de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado na Preservação de Patrimônio Público Escolar, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial, aliado com políticas públicas bem sucedidas, busca levar as crianças a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

Segundo Funari e Pelegrini (2009), quando falamos em preservação do patrimônio público, automaticamente somos remetidos a ideia de tudo aquilo que transmitimos como herança, que variam de bens imóveis, monetários a pequenos objetos com valores sentimentais ou conhecimentos passados a gerações. Já o patrimônio coletivo discorre a ideia de que devido a multiplicidade de pontos de vista, ou seja, o que é patrimônio para uns, não é para outros, que os interesses sociais entre os governantes e a sociedade muitas vezes não coincidem, sugere uma breve análise sobre como o patrimônio foi visto ao longo do tempo e dos grupos sociais, daí a importância de preservar e valorizar o patrimônio público.

Carvalho (2013) afirma que, notoriamente, o processo de globalização colabora e facilita as relações culturais, os avanço tecnológico como a internet por exemplo, trouxe a oportunidade da integração de pessoas de diversos lugares do mundo a participarem de movimentos, Ongs , discussões ,debates , entre outros meios sobre a conscientização da preservação do Patrimônio Público, seja ele Histórico, Cultural Ambiental, Material e Imaterial.

Ao lançar um olhar para o passado, é possível enxergar uma nova perspectiva que talvez nunca tenha sido observada. É a possibilidade de dar vozes àqueles que não as têm mais e a possibilidade de dar luz à caminhos antes escuros, sombreados pelo tempo e esquecimento. A busca por vestígios para a reconstrução de um passado tal qual ele foi, seria impossível, mas sim uma representação capaz de nos fazer perceber o quão importante ele foi e ainda é.

Para Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades. O autor considera que está sendo vivenciada uma onda patrimonial que revela uma multiplicidade de memórias que se quer preservar, que fundamentam os processos identitários e de representações sociais (e por eles são influenciados). Essa multiplicidade de memórias e identidades é apontada como resultado da configuração atual da sociedade contemporânea.

A contemporaneidade está marcada por um movimento intenso de preservação das memórias, fruto de uma profunda alteração na relação dos indivíduos com o tempo. Hartog (2006) aponta que essa nova forma de se relacionar com o tempo denota outro regime de historicidade, o presentismo. É o presente encolhido, marcado pela mudança na relação com o tempo, de sedução pela memória. Trata-se de uma nova relação com o passado, um passado muitas vezes imaginado, mas que se torna presente na ânsia de encontrar alguma segurança na descrença no futuro e no contexto de “sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentimentos estão preparados para lidar” (HUYSSSEN, 2000, p. 32).

Nessa relação com o tempo e com o passado presente, necessitamos da:

[...] memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço (HUYSSSEN, 2000, p. 28).

A contemporaneidade tem sido, então, marcada pelo presentismo e a consequente onda de patrimonialização, sintoma do novo regime de historicidade que vivenciamos, caracterizado por uma obsessão pela memória. Para Gonçalves (2008), compreender a forma como os indivíduos se relacionam com o tempo e com o seu patrimônio é um dos impasses lançados àqueles que estudam o patrimônio cultural na contemporaneidade ou atuam na sua gestão.

O interesse pelo passado abrange também a questão da escola na memória social, sendo o patrimônio educativo um meio fundamental para analisar a historicidade das práticas escolares para narrar “[...] o cotidiano das escolas, reconhecer concepções educacionais e geracionais de um determinado tempo e lugar e, dessa forma, conhecer mais sobre a História da Educação” (CUNHA; CHALOPA, 2014).

A materialidade da escola tem recebido novos olhares do campo acadêmico, bem como a atenção às memórias dos atores envolvidos nos processos educativos, em projetos que ultrapassam as fronteiras nacionais (MOGARRO, 2013). A musealização da educação tem como objetivo a preservação desse patrimônio educativo e da cultura escolar, e tem segmentos em diversos países, principalmente nos europeus, por meio do estudo das realidades nacionais que configuraram os sistemas educativos (MOGARRO, 2013).

Cunha e Chaloba apontam que a produção acadêmica tem importante função na preservação do patrimônio educativo, em contraposição à ausência de políticas públicas voltadas para a salvaguarda dele, tendo em vista os vínculos da “[...] memória educacional com a memória social, constituindo-as como direitos inalienáveis da cidadania” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 68). O patrimônio cultural está intimamente ligado à qualidade de vida, às condições dignas para que o indivíduo se constitua como cidadão. O acesso à memória possibilita que ele construa e reconstrua sua identidade. A identidade local, ainda, exerce grande influência nos processos relacionados à constituição do cidadão. É no local em que se vive que se atua mais diretamente e é a partir dos laços estabelecidos com este local que se sente parte dele. A materialidade da educação contribui nos processos de construção das identidades com esses artefatos e produções simbólicas que marcaram a vida das pessoas (MOGARRO, 2013). O acesso ao patrimônio cultural e à memória ali representada, seja ela relacionada à materialidade ou às práticas, tradições e especificidades de uma comunidade, tecem no indivíduo a noção de cidadão

participante desse espaço.

Mogarro (2013) considera ainda que o patrimônio educativo, a história e as memórias das quais são suportes, comungam das propostas de renovação social, atribuindo grande significado aos discursos dos atores educativos, às práticas educativas e aos processos de ensino e aprendizagem. Os artefatos, bens culturais e produções simbólicas resultantes desses processos possibilitam que sejam abordados os sistemas e as realidades escolares. O interesse pelo patrimônio cultural da educação está inserido num regime de historicidade caracterizado como presentismo e nas novas perspectivas decorrentes disso sobre a cultura escolar e a materialidade como artefatos que auxiliam na compreensão da educação e do ensino na contemporaneidade, bem como consequência do desejo pela memória como forma de lidar com o presente e como uma primeira aproximação ao passado, pela via das lembranças.

O estudo do patrimônio escolar atende à necessidade de compreensão histórica do ensino com vistas a entender a escola na contemporaneidade, bem como de discussão da produção cultural material e imaterial e quais os seus significados atuais. Os documentos, bens e artefatos resultantes dos processos de escolarização são indiciadores de um saber-fazer da cultura escolar, que pode ser pensada como um patrimônio cultural imaterial. Considerando que a análise da cultura escolar auxilia a identificar os modos de pensar e agir difundidos em nossa sociedade por meio dos processos formais de escolarização, esses modos de pensar e agir podem ser percebidos como patrimônio imaterial. Verifica-se que diversos são os termos empregados para abordar a produção cultural material e imaterial da educação a partir do conceito de patrimônio.

Segundo Escolano Benito (2012), para compreender os conceitos e denominações empregados no estudo do patrimônio cultural da escola, é necessário estabelecer as bases que norteiam a compreensão do campo do patrimônio cultural na contemporaneidade, o que será discutido a seguir. Na sequência o presente artigo discute os resultados obtidos com o levantamento do estado da arte realizado com vistas a compreender quais os termos utilizados e o referencial teórico empregado nessas diferentes denominações que circulam no campo da história da educação quando se trata do patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização.

A depredação do patrimônio público escolar acarreta entre outros problemas o de ordem financeira que são os investimentos realizados para se repor o que foi

depredado. Esses recursos, em geral, são vultuosos e poderiam estar sendo melhor empregados na questão do aprimoramento e melhoria das condições de ensino nas escolas, é o que tratamos no próximo item.

2.3 SOBRE OS INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS

A Educação no Brasil conta com o Fundo Monetário que representa um montante expressivo de capital, para o funcionamento de escolas no país. Compõem, esse fundo, verbas do governo municipal, estadual e federal. Cada escola recebe a quantia correspondente ao número de alunos que possui, e não se pode negar que, embora ainda não sejam esses recursos suficientes para o bom funcionamento de todas as escolas, eles possibilitam que as instituições escolares se mantenham, cobrindo os custos de seu funcionamento como aquisição, reposição e reparação dos equipamentos, pagamento de água, luz e reformar prediais.

A escola São Salvador que, ora, pesquisamos, localizada na Zona Rural do Município de Presidente Kennedy-ES, recebe do governo municipal verba que visa suprir as necessidades de compras de uso de material de consumo e permanente, bem como ações de reparos na depreciação do patrimônio público escolar que ocorre com frequência. Esses recursos são empregados também na aquisição de materiais de uso para consumo, como papel, cartolinas, lápis coloridos, papel crepom, canetas coloridas, fitas adesivas, Tela de Tecido Não Tecido (TNT), papel cenário, Folhas de Etil, Vinil e Acetato (E.V.A), entre outros, em quantidade a atender a demanda da escola e corpo docente.

Vale lembrar que toda causa em prol de um bem comum, a exemplo, a preservação do patrimônio público escolar, gera riscos, custos e despesas, pois as formas de depreciação são abrangentes a todos que, em comum, valem-se do espaço da escola. A depreciação em si causa consequências físicas e mobiliárias na escola, paredes riscadas, portas quebradas, fechaduras de portas danificadas por depreciação, carteiras quebradas, ventiladores quebrados, também por depreciação, que podem ser um risco para a escola, causando dificuldades na reposição dos mesmos, e um custo alto que precisa entrar na planilha orçamentária de plano de custos para esses consertos, além de terem que ser aprovados pelo Conselho Escolar e Secretaria Municipal de Educação, na prestação de contas, dinheiro esse que poderia ser usado na compra de materiais para auxiliar o pedagógico da prática do

dia a dia.

Em média, no plano orçamentário anual, a escola em questão EMEIF São Salvador, gasta, segundo dados da prestação de contas, cerca de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com reparos causados pela depreciação do patrimônio público, embora seja um escola relativamente pequena, com funcionamento de 10 salas de aula para o turno matutino e vespertino, esses gastos são para reparos em carteiras amassadas, portas quebradas, massanetas danificadas pelo mau uso entre outras situações, vale descrever que para os reparos causados pela depreciação, é necessário que se faça, a gestão, um plano de aplicação desse custo anual, e, caso o valor supra as necessidades, remanecendo algum valor sobre essa modalidade de custos com consertos gerados pela depreciação, o mesmo é devolvido na prestação de contas anual. Já a prefeitura do município em questão, em si, estima-se um gasto de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na distribuição dos valores para todas as escolas do município, que utilizam o capital na compra de materias de consumo, supracitados, bem como nos consertos a serem feitos pela depreciação patrimonial, isso de acordo com o planejamento orçamentário de cada instituição, de, ao final de cada ano letivo, deve fazer a prestação de contas e enviar ao setor competente para apreciação e aprovação da mesma (SECRETARIA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2020).

3 METODOLOGIA

A pesquisa buscou compreender o fenômeno da depredação do patrimônio público escolar, numa escola municipal de Presidente Kennedy/Es, no que tange à visão que alunos e professores tem sobre essa questão. Dessa forma, entendemos que nossa pesquisa é de natureza qualitativa., por entendermos que trabalhos acadêmicos qualitativos podem melhor descrever situações e acontecimentos no ambiente em que ocorrem, conforme pontuam Ludke e André (1986). Para descrever um fenômeno como o que pretendemos estudar, que é complexo e único, pesquisas de natureza quantitativa não conseguiriam dar conta segundo Teresa Maria Frota Haguette (1992).

Como pretendíamos entrar em contato direto com a situação e os envolvidos diretamente com o fenômeno a ser estudado, utilizamos dois tipos de fontes, a entrevista com professores, gestores e alunos, além de observação de documentos emanados pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/Es, por meio da Secretaria Municipal de Educação e da própria escola pesquisada, por meio da direção da escola.

Podemos dizer que a opção por este tipo de metodologia se deu, pois como aponta Roberto Jarry Richardson (1988, p. 39) é nossa intenção descrever,

A complexidade de determinado problema, analisar a situação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos.

Esses documentos referem-se a fotografias de depredação de escolas e de seu patrimônio escolar e ainda dados referentes aos custos que a Prefeitura e a escola tiveram ao longo dos últimos anos em relação à reparação ou substituição dos materiais escolares. O objetivo da análise dessa documentação refere-se à possibilidade de complementar as informações que iremos obter com outras técnicas, como as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com 12 alunos do Ensino Fundamental II, quatro professores, o gestor da escola e mais 2 gestores de duas escolas diferentes. Para que os entrevistados fossem identificados utilizamos nomes fictícios,

Pretendíamos confrontar essas fontes, objetivando ter uma descrição mais fidedigna do fenômeno que estudamos, buscando descrevê-lo, analisando e

buscando interpretar a realidade estudada.

Essas entrevistas foram realizadas virtualmente, pela Plataforma Google Meets, em razão de vivermos, no momento, um surto da Covid-19 e não estar ocorrendo aulas presenciais nas escolas do município. Elas foram marcadas com antecedência. Os entrevistados foram escolhidos tomando como referência os quatro professores com maior tempo de atuação na escola e o diretor da escola. Os alunos foram escolhidos por sorteio, num total de doze, sendo todos da mesma turma, a do 9º ano. Os alunos foram entrevistados em dois momentos, um antes da proposta de intervenção; e outro após a realização da intervenção.

Conforme prevíamos, a duração das entrevistas giraria em torno de 15 minutos, tendo sido marcadas com antecedência, no dia e horário designado pelos entrevistados. Realizamos, no máximo, duas entrevistas por dia. Estas foram gravadas, com consentimento dos entrevistados. Utilizamos, ainda, um caderno de campo, onde fizemos os registros de acontecimentos que consideramos significativos, tais como omissões, silêncios, pausas em focar determinada situação.

Foi ainda a opção por utilizarmos entrevista semi-estruturada, uma vez que desejávamos valorizar a nossa presença como investigador e por entendermos que este tipo de metodologia possibilitava aos entrevistados uma maior espontaneidade, maior liberdade, o que no entender de Augusto Nivaldo Trivinos (1987) enriquece a investigação. Sabemos que nessa modalidade de entrevista pode-se criar uma melhor interação entre pesquisador e entrevistado. Partiremos de um roteiro pré estabelecido, não havendo, portanto, imposição ou normas rígidas sobre o que será perguntado. Muitas outras perguntas foram feitas a partir da fala dos entrevistados, até mesmo questões que, por nós, não estavam previstas.

Procuramos ser estimuladores, nunca realizando os confrontos, com a preocupação sempre de que os nossos entrevistados pudessem discorrer abertamente sobre o que se deseja saber. Não foi nossa intenção realizarmos perguntas diretas ou de confronto para que não incorreremos em erros como aponta Edward Palmer Thompson (1998, p. 263) de não recebermos as respostas que gostaríamos de ouvir, “[...] o que torna essas informações menos confiáveis ou duvidosas como evidência”

Antecedendo a entrevista falamos para o nosso entrevistado a proposta do nosso trabalho, pedindo sua autorização para gravar e fazer os esclarecimentos sobre a importância dela para o trabalho.

Após a gravação, procedemos a transcrição das entrevistas. Optamos por não transcrevê-las na íntegra, desprezando-se, assim, a totalidade das falas, só serão transcritas as falas pertinentes ao tema pesquisado.

Como às vezes ocorre de haver divergências nas falas dos entrevistados, procuramos confrontar as informações com outro tipo de fonte, no caso com a análise documental ou confrontar com que aparecem em outros estudos similares realizados em outras realidades. Estivemos atentos ao que as vezes é comum em entrevista, o “não-dito”, o que existe nas entrelinhas, o que significa às vezes o silêncio, significados simples são importantes, pois, como diz Thompson (1998, p. 204), “[...] os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.

Foi nossa intenção não apenas descrever e analisar o fenômeno da depredação do patrimônio público da escola pesquisada. Dessa forma, propusemos a realização de debates e ações com a turma do 9º ano dessa escola objetivando provocar reflexões e mudanças em relação ao que pensam sobre a depredação escolar. Nesse sentido, podemos dizer então que realizamos uma pesquisa-ação. E o que seria esse tipo de pesquisa, como ela se caracteriza?

Recorremos a David Tripp (2005, p. 447) que diz:

[...] pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”, e eu acrescentaria que as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc.). Isso posto, embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática.

Inicialmente, pretendíamos realizar uma observação participante, por entender como aponta Haguette (1992) que este tipo de observação permitiria nos envolvermos de forma mais próxima com o grupo pesquisado, interagir com os observados, cujo objetivo final seria promover uma mudança no fenômeno observado. Como não foi possível fazer tal atividade presencial, por causa da pandemia da Covid 19, realizamos algumas oficinas on-line, através da plataforma digital Google Meets com a turma. Na primeira delas, conversamos sobre o que é depredação, como isto tem afetado as escolas no Brasil, os custos que tal fenômeno acarreta, como tem sido a situação nas escolas de Presidente Kennedy/ES. Num segundo momento, mostramos fotos da depredação do patrimônio público escolar

do Brasil e de Presidente Kennedy/ES, mostramos também os custos que a Prefeitura local tem para reposição e conserto do material depredado.

Num terceiro momento, trabalhamos um texto sobre a depredação escolar e como e porque devemos mudar essa perspectiva. Ouvimos ainda depoimentos de professores da escola para que eles digam como se sentem quando veem o material escolar sendo depredado.

Por fim, entrevistamos os alunos para verificar o que agora pensam sobre a depredação do patrimônio público escolar e como se posicionaram frente a este problema. A proposta é que estes alunos pudessem construir material informativo sobre a depredação escolar e que este material produzido possa ser exposto na escola, tão logo seja possível o retorno presencial dos alunos.

Era nossa intenção, ainda, que a partir da ação implementada e desenvolvida com os alunos, se pudesse produzir uma cartilha, confeccionada pelos próprios alunos que pode ser distribuída nas diversas escolas municipais de Presidente Kennedy/ES num futuro próximo. Propusemos como Produto Final da pesquisa realizar um seminário promovido pela Secretaria Municipal de Educação, para discutir e refletir sobre o grave problema da depredação escolar, com o objetivo de que possamos mudar atitudes dos educadores e do corpo discente do município em relação a este fenômeno, que tanto prejuízo tem causado ao poder público municipal e também obviamente à sociedade.

Gostaríamos ainda de ressaltar que foi nossa intenção fazer um estudo exploratório no intuito de levantarmos dados acerca da depredação do patrimônio público escolar, buscando conhecer dados sobre esta depredação, custos, levantar fotos dessa situação.

4 DISCUSSÃO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo apresentamos os dados coletados a partir da pesquisa realizada, acerca da depredação do patrimônio público escolar na Escola EMEIF São Salvador, localizada na área rural do município de Presidente Kennedy/ES.

4.1 APRESENTANDO O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Inicialmente, apresentamos o município onde desenvolvemos nossa pesquisa. Presidente Kennedy-ES foi desmembrado de Itapemirim, com a emancipação em 30 de dezembro de 1963, através da Lei Estadual nº 1918. A Lei estadual de criação/fundação da cidade entrou em vigor no dia 4 de abril de 1964, assim, conseguindo a sua autonomia administrativa, a chamada emancipação política. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), estimam a população com 11.658 habitantes. Possui pontos turísticos como 16 km de praias em sua orla, sendo as mais conhecidas Praia das Neves e Praia de Marobá, a 18 km do centro.

Como marco histórico da cidade, tem a Igreja das Neves, construída pelos padres jesuítas no século XVII, com ajuda dos escravos e índios catequizados. Apresenta manguezal significativo – uma das maiores áreas do país, além de 300 hectares cercados de Mata Atlântica e restinga. Destaque para as capivaras, macacos, jacarés. A Mata de restinga tem 9 km entre as praias de Marobá e das Neves. A vegetação densa abriga cactos e árvores de até cinco metros de altura.

Para alguns esportes, há trilhas para cavalgadas, rios, lagoas, praias e fazendas. No Morro da Serrinha é possível praticar *trekking* no local, são 40 minutos de caminhada para alcançar o cume, de onde se avista o Oceano Atlântico, a Pedra do Itabira, o Frade e a Freira, o Monte Aghá e até a Pedra Azul.

A tradição artesanal de fazer farinha caseira continua em algumas comunidades do município. Tudo começou com os índios e a ajuda do beato Anchieta, que construiu, na região, a primeira Casa de Farinha.

A economia na região é basicamente da pecuária, cultivo de mandioca, maracujá, cana-de-açúcar, leite, mamão e da exploração de petróleo. O município é o maior produtor de leite do estado do Espírito Santo, com destaque para a região oeste do município, é atualmente um dos que mais se beneficiam com os royalties provenientes da Indústria do Petróleo que vem se instalando no município

e em todo o estado. Presidente Kennedy possui a maior reserva de petróleo marítima do Espírito Santo, com cerca de 1,9 bilhões de barris, mensais. Atualmente, a Petrobrás produz 220 mil barris por dia, no campo de Jubarte.

Com relação à rede pública de ensino, basicamente as unidades escolares estão localizadas na zona rural, a maioria delas subsidiadas pelo município, uma vez que é de Pré-Escola ao Ensino Fundamental II. Só existe uma escola de nível médio, tendo como mantenedora o governo do estado do Espírito Santo.

4.2 APRESENTANDO A ESCOLA EMEIF SÃO SALVADOR

Em relação à escola, objeto desta pesquisa, localiza-se na Zona Rural do município de Presidente Kennedy/ES, tem o nome registrado como EMEIF São Salvador. Funciona nos turnos matutino e vespertino, sua clientela é basicamente constituída por moradores da comunidade.

Conta com 40 profissionais, entre professores, auxiliares, agentes de secretaria escolar.

Quanto à graduação, auxiliares de limpeza e secretaria escolar, em sua maioria, possuem ensino médio completo; professores tem ensino superior completo e alguns, pós-graduação; a gestora é graduada e pós-graduada, na área de Pedagogia e Administração Pedagógica.

As dependências e espaços físicos atendem, em parte, pois não temos um local apropriado para estudo coletivo, como biblioteca com equipamentos como livros, mesas, lousa, computadores. Não tem ginásio poliesportivo e, dessa forma, a recreação é feita em espaço menor, reservado para essa atividade.

A instituição funciona em dois turnos e atende ao público de Ensino Fundamental.

4.3 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa que realizamos junto à referida escola foi iniciada tão logo escolhemos o tema da nossa dissertação. Ao definirmos a temática, entendemos que era necessário realizar um estudo exploratório na escola sobre a existência, ou não, da depredação da mesma. Assim, percorremos todos os seus ambientes, fazendo registros escritos e fotográficos. Dessa forma, verificamos que as marcas da

depredação do patrimônio público da escola apresentava marcas em relação à situação dos banheiros, que encontravam-se em estado precário, com portas quebradas, vazamentos, caixas de descarga deterioradas, falta de limpeza e higiene, conforme podemos visualizar nas figuras a seguir:

Figura 1: Depredação em banheiro dos alunos



Fonte: Acervo da autora

Figura 2: Depredação em porta de banheiro



Fonte: Acervo da autora

As salas de aula e demais instalações, apresentam pichações, móveis quebrados e empilhados, ventiladores destruídos, janelas vandalizadas, portas

quebradas com maçanetas destruídas, pichações em paredes. Rede elétrica precisando de reparos, o que coloca a integridade dos alunos e dos profissionais que ali trabalham em risco. A edificação, como um todo, precisa de reparos, sobretudo para acabar com as infiltrações provocadas pelas chuvas. Numa das áreas externas encontram-se móveis quebrados e empilhados que, segundo declaração de servidores com mais tempo de escola, foram destruídos por ex-alunos. Visualizamos ainda que a depredação estava presente em outros ambientes da escola como as salas de aula os vidros das janelas das salas também encontravam-se quebrados, mas o ponto crítico eram os banheiros. As pias foram arrancadas diversas vezes, não havia espelho, pois os que existiam tinham sido quebrados.

Figura 3: Depredação de grade da janela



Fonte: acervo da autora

Figura 4: Pichação em porta



Fonte: Acervo da autora

Figura 5: Depredação de móveis



Fonte: Acervo da autora

Figura 6: Depredação de janela



Fonte: Acervo da autora

Figura 7: Depredação de ventilador



Fonte: Acervo da autora

Figura 8: Depredação em banheiro



Fonte: Acervo da autora

Esse trabalho de observação do ambiente escolar foi iniciado ainda no final de 2021. Procuramos a direção para verificar se a escola tem, como prática, realizar o registro da depredação, o que para nossa surpresa é inexistente. Parece-nos que a depredação é uma coisa natural, e o vandalismo já não assusta a mais ninguém, não conseguimos ainda verificar ações da escola no sentido de se prevenir contra esse terrível mal.

Também não foi possível visualizar nenhuma ação por parte da equipe da escola que demonstrasse o incômodo em relação a essa situação. Esse trabalho de observação para a realização do estudo exploratório durou cerca de 30 dias.

Conhecedores da realidade da escola, no que tange à depredação, partimos para realizar leituras acerca do problema da depredação que ronda as escolas brasileiras.

A segunda etapa do trabalho consistiu em entrevistar os sujeitos da pesquisa, alunos, professores e gestores da Secretaria de Educação Municipal. Como última etapa realizamos um trabalho de intervenção, buscando a partir do trabalho com uma única turma da escola, desenvolver uma ação de conscientização desses estudantes,

no sentido de que pudessem refletir sobre o problema na escola.

A ação de intervenção na EMEIF São Salvador, consistiu em oficinas, promovendo a conscientização da preservação do patrimônio público escolar e a importância do mesmo para o coletivo.

Essa pesquisa, portanto, é um trabalho investigativo e de Intervenção pedagógica, de natureza qualitativa e quantitativa, com cunho bibliográfico e ação de campo como produto final, sendo as oficinas o trabalho de natureza construído ao longo do processo da pesquisa. Roberto Jarry Richardson (1988, p. 39), define:

A complexidade de determinado problema, analisar a situação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos.

Dessa forma, nos reportamos a Thiollent (2005, p. 443), que diz que “o que qualifica uma pesquisa como pesquisa-ação é a participação efetiva em uma ação por parte das pessoas envolvidas no problema proposto como alvo de intervenção”.

Complementando essa ideia, Tripp (2005, p. 165)

[...] defende a pesquisa ação como uma metodologia que proporciona uma diferente forma de busca e análise de dados, pois é uma investigação-ação, a qual é por ele resumidamente definida “como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática. Essa metodologia exige uma ação planejada de caráter social, educacional e técnico.

Vale ressaltar que durante o período de pandemia, provocada pela Covid-19, a escola funcionou com atendimento on-line, em aulas que foram ministradas por web vídeo e, durante esse período, a escola passou por reforma, a longo prazo, que constituiu pintura, conserto de 41 cadeiras depredadas, 12 maçanetas e fechaduras, lousa nova para todas as salas de aula, troca de interruptores para funcionamento de ventiladores, conserto de ventiladores de teto, reposição de espelhos no banheiro e investimentos na compra de materiais pedagógicos que pudessem auxiliar o corpo docente a ministrar aulas, como a aquisição de datashow, papéis de uso contínuo e máquina de xerografar.

4.4 AS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES

As entrevistas seguiram o curso normal, proposto inicialmente, sendo *on-line*,

cujas fichas com respostas encontram-se na parte destinada aos anexos da pesquisa, entretanto, com a retomada das aulas presenciais, as oficinas aconteceram de forma presencial, conforme fotos de registro que comprovam as ações propostas na pesquisa.

As entrevistas aconteceram no mês de setembro de 2021, já a ação de intervenção com as oficinas presenciais, aconteceram no mês de outubro de 2021.

Considerando que é voz corrente entre nós, professores, que a depredação na escola é uma realidade que nos incomoda e que todos se ressentem de que tal fenômeno esteja presente no local de trabalho, perguntamos aos professores se eles já presenciaram a depredação na escola. A professora A nos relatou que já presenciou, sim, alunos depredando os equipamentos da escola, como quebrando “maçanetas e fechaduras, cadeiras, portas e vidros do banheiro”. Aliás, maçanetas de portas, cadeiras, interruptores de ventiladores”, são os bens mais citados quando se fala em depredação na escola.

Ao nos relatar tal situação, entretanto, fica sempre a impressão de que esta é uma realidade posta, sem solução, como se fosse natural. Embora demonstre incômodo com essa situação, não vimos por exemplo, nenhuma fala sobre como teria se comportado frente essa realidade, por exemplo, chamando a atenção dos depredadores.

Embora a mesma professora tivesse dito que “Sinto-me angustiada ao ver o patrimônio público escolar depredado, pois ensinamos com carinho e estimulamos o senso de conservação e uso coletivo”. No relato citado, não houve menção a alguma ação efetiva do corpo docente e da administração da escola no sentido de estabelecerem um diálogo entre todos para que tal situação pudesse ser problematizada.

Ao ser questionada (Professora A) a tentar explicar por que os escolares depredam o patrimônio público escolar, a resposta sempre cai na generalização, do tipo “Fatores sociais, econômicos e familiares, que fazem parte do cotidiano escolar, mas acredito que seja mais a falta de conscientização de familiares também”. Parece-nos que sempre há uma tentativa de explicar esse fenômeno a fatores que são impossíveis de serem resolvidos, a culpa sempre é de alguém como familiares, tirando a responsabilidade por completo do conjunto de profissionais da escola.

Considerando que a culpa é sempre do outro, perguntamos, como professores e a gestão da escola lidam diretamente com a depredação escolar. A professora A

diferentemente da resposta dada anteriormente, onde não mencionou alguma ação para repreender a depredação, aqui nos disse que ao verem a depredação “Todos nós ficamos angustiados, entristecidos quando vemos o patrimônio escolar ser depredado. Os professores encaminham o aluno quando pego nessa situação de depredação à coordenação da escola, que faz o registro de ocorrência e a gestão sempre chama o aluno pra conversar, por vezes junto com a família, pra conscientizar sobre os efeitos negativos que a depredação causam”. Analisando mais de perto a afirmativa da professora, parece-nos que as ações, quando ocorrem, são de forma pontual, não há uma ação integrando toda a comunidade escolar para se debruçar sobre o problema.

Fica evidente que não há, por parte do conjunto escolar, ações no sentido de debater e discutir o problema da depredação no próprio ambiente.

Ao serem perguntados se na escola em que atuam realiza alguma ação onde o problema da depredação do patrimônio escolar seja discutido, a Professora A diz: “Não. Só mesmo quando acontece de vermos quem causou algum dano de depredação é que a gestão com a coordenação chama o aluno e a família para conversar sobre o ocorrido”. É como se o problema pudesse ser resolvido apenas pela advertência ao aluno e os seus responsáveis, não há uma preocupação de socializar o problema com todos, tentam sempre culpabilizar alguém individualmente.

Quando questionamos se concordavam que era preciso uma ação de intervenção na escola, onde todos debatessem o problema da depredação, como uma forma de solucionar ou diminuir esse fenômeno que tantos malefícios causam à rede escolar pública, a professora A nos deu uma resposta genérica “Concordo sim. Acredito que uma intervenção pode ajudar muito a diminuir os problemas de depredação do patrimônio público”. Entretanto, não nos fala em que ações poderiam ser realizadas. Reportando-se sobre a questão da depredação na escola a professora B nos falou também ter presenciado a depredação na escola, onde maçanetas de portas e fechaduras, interruptores de ventiladores de teto, mesas e cadeiras são frequentemente estragados. Segundo a mesma, isso causa angústias no professorado “Sinto-me triste, fico muito chateada quando vejo o patrimônio público escolar depredado por nossos alunos”.

No entendimento dessa professora, o fenômeno da depredação ocorre em razão “da falta de diálogo familiar”, portanto, parece-nos que a mesma exime a escola e seus profissionais dessa responsabilidade.

Ao ser questionada sobre como a gestão e os professores lidam com a depredação na escola, ela diz que “A gestão da escola sempre tenta manter o ambiente mais conservado possível, assim como os professores, tentamos combater a depredação quando vemos isso acontecer, chamando a família do aluno e conversando com eles”. Aqui fica evidente que a docente não faz alusão aos gestores do município, estes são apartados do problema. Outro aspecto que ressaltamos é que ela faz alusão a focar esse assunto quando a depredação já se efetivou, não havendo, salvo melhor juízo, preocupação em discutir o assunto cotidianamente.

Demandada sobre o que achava da realização de um trabalho de intervenção para tentar minimizar o problema da depredação na escola, a professora B diz que acha que “aliar teoria e prática são importantes, havendo uma ação de intervenção pra falar especificamente sobre a depredação do patrimônio público pode contribuir bastante para que isso diminua”.

A professora C, diz que muitos equipamentos escolares são destruídos, pela comunidade escolar, o que segundo ela a deixa triste, pois, a escola “é um local de ensino coletivo, quando vejo isso me sinto angustiada”. Diferentemente dos demais professores, entende que entre os motivos que determinam a ocorrência da depredação da escola seria “Um trabalho que intensifique sobre o assunto da depredação do patrimônio público”. No entanto, entende também que “a falta de conversa, em casa, dos pais com os alunos”.

Em relação a como a gestão da escola e os professores lidam com a depredação informa que “A professora encaminha o aluno pra coordenação, comunica a gestão da escola, que chama a família pra conversar”. Ressalta que entende que um trabalho de conscientização da comunidade escolar sobre a questão da depredação seria importante. Para ela um “trabalho de intervenção com direcionamento ao foco da depredação do patrimônio público ajudariam muito a conscientizar os alunos”. Talvez ela, assim, entenda em razão de que segundo nos informou a única ação desenvolvida na escola quanto à questão da depredação “é a gestão e coordenação chamarem o aluno e a família pra conversar”, obviamente em relação aos alunos que são pegos depredando a escola.

Portanto, fica evidente que a depredação é uma realidade no cotidiano da escola e, ainda, que muito pouco tem sido efetivado pela instituição como um todo na tentativa de minimizar ou erradicar esse problema.

4.5 ENTREVISTA COM OS ALUNOS

Entendemos que deveríamos ouvir os alunos para verificarmos o fenômeno da depredação na escola, quais suas possíveis explicações e como a escola tem atuado no sentido de debater sobre esse problema.

Ao questionarmos os alunos sobre o que eles entendem sobre depredação do patrimônio público escolar os alunos, de forma geral, nos deram resposta muito parecidas A e B nos deram a mesma resposta “Eu acho que é quando vemos as coisas da escola quebrada”, o aluno C “É quando acontece de quebrarem as coisas na escola”. Para o aluno D depredação seria “Ver as mesas, cadeiras, maçanetas e portas quebradas”. Para um outro aluno, ainda, depredação seria “quando as coisas da escola são quebradas e precisam ser consertadas”.

Foi nossa intenção sabermos como os alunos se posicionam em relação à depredação escolar. Todos os alunos se posicionaram contrários a ela, um deles diz “Acho feio quando as coisas da escola são quebradas, sou contra isso acontecer”. Um outro diz ainda “É errado quebrar as coisas que outro colega vai precisar usar depois”. Aqui, fica evidente a compreensão por parte desse aluno que o patrimônio público escolar é um bem coletivo, portanto, tem que ser preservado para que todos possam utilizá-lo. Um outro aluno, segue nessa mesma compreensão ao dizer que “Eu não quebro os materiais da escola, pois é pra uso de outras pessoas também”. Um outro ainda, diz “Eu acho errado e feio quando um colega quebra alguma coisa na escola, se eu vejo isso acontecer falo com a professora”. As falas apresentadas nos mostram a reprovação da depredação por parte de alguns alunos e que ainda tal fato é comunicado aos professores na expectativa de que providências sejam tomadas para se evitar danos à escola.

Quando questionados se contribuía, juntamente com os colegas de turma, para preservação do patrimônio escolar, na sua quase totalidade responderam que sim, afirmando: “Eu e minha turma sempre ajudamos a manter as coisas no lugar e sem quebrar”. Outro afirma “Eu e minha turma sempre ajudamos a manter as coisas no lugar e sem quebrar”. Um outro, nessa mesma direção diz: “Eu nunca quebro as coisas da escola, também a minha turma sempre ajuda não quebrando os materiais da escola”. Essas respostas, ao nosso entender, vão em sentido contrário a uma outra pergunta feita, quando afirmaram que presenciavam a depredação por parte de colegas da escola.

Reportando-se ao que é depredado na escola, a resposta dos alunos não diferiam do que nos foi informado pelos professores, apontando portas do banheiro e das salas, mesas, cadeiras, maçanetas, ventilador, espelho.

Embora a escola não desenvolva ações no sentido de orientar os alunos para a preservação do patrimônio escolar, esses afirmam que seria interessante que isso acontecesse, acreditam que ações dessa natureza possam ajudar a conscientizar os demais alunos para a importância da preservação da escola e de seu material. Sobre essa questão, afirmaram: “Uma campanha vai ajudar muito pra que as coisas não sejam quebradas com tanta frequência”, “A campanha vai ajudar pra quem faz errado não fazer mais”. A fala do primeiro aluno deixa uma pista interessante, a depredação na escola ocorre de forma frequente.

Questionados se o tema depredação na escola é assunto comentado e discutido em sua família, alguns alunos responderam que sim “Em casa a gente sempre conversa sobre manter o ambiente da escola limpo e a não quebrar as coisas da escola”, outro diz “A gente fala pouco em casa sobre esse assunto”. Outro refere-se a essa questão dizendo que sim, “meus pais falam comigo sempre que devo me comportar e cuidar das coisas da escola como eu cuido em casa”. Ocorreu ainda um outro que disse “meus pais sempre me ensinam a manter a escola sem quebrar as coisas, a gente conversa muito em casa sobre isso”. O fato é que embora tenhamos divergências na fala dos alunos, quanto à intensidade de como esse assunto é comentado em casa, o fato é que todos afirmaram que o assunto é discutido, o que vai na contramão do que afirmaram os professores que creditam que a depredação da escola ocorre por falta de diálogo dos pais com os alunos, no que se refere a essa questão.

4.6 AS ENTREVISTAS COM OS GESTORES MUNICIPAIS

A depredação do patrimônio público escolar acarreta grandes prejuízos econômicos que o poder público municipal tem que arcar. Nesse sentido, achamos por bem conversarmos com os gestores municipais para saber como eles encaram esse problema, qual o montante que é investido na recuperação ou substituição do que é depredado nas escolas e, por fim, como eles veem esse problema e se há uma política no sentido de como lidar com essa questão.

Ao perguntarmos como se dá a depredação nas escolas, a entrevistada A nos

disse que “Ocorre com estragos feitos em portas de banheiro, maçanetas e fechaduras, cadeiras e mesas, grades de proteção da sala de aula”, uma outra acrescentou ainda outros equipamentos, tais como “grades de proteção das salas de aula, espelho de portas, fechaduras coincidindo com o que falaram professores e alunos.

Para esses profissionais, assim como para os professores, a família seria a grande responsável pela depredação na escola, em razão de que não há “uma maior conscientização por parte da família”. Para uma outra gestora “É difícil falar os motivos, mas acredito que situações econômicas, familiares e a clientela são um deles, e em especial a falta de conscientização da família em casa”, embora aponte outras questões, essa também culpabiliza a família”.

Questionados sobre os custos que são gerados, anualmente, para consertar os equipamentos e ambientes depredados, uma gestora nos disse que “No plano de aplicação da nossa unidade, colocamos o valor de R\$ 8.000,00, para consertar o material da escola. Geralmente é usado anualmente cerca de R\$ 6.500,00, o restante do valor é devolvido no final do ano, na prestação de contas para o município”. Uma outra nos disse que “O custo na planilha do plano de aplicação é de R\$ 8.000,00. Normalmente, usamos parte desse dinheiro pra consertar material depredado e outras coisas, que gera em torno anual de R\$ 6.000,00. O valor restante é devolvido na prestação de contas para o município”. Cabe ressaltar que esse montante refere-se a uma única unidade escolar, o que nos permite dizer que os gastos não são desprezíveis. O dinheiro que se gasta para solucionar esse problema daria para se fazer importantes investimentos na educação local.

As gestoras concordam que seria importante haver um ação mais efetiva para que se pudesse tentar minorar ou acabar com a depredação nas escolas. Nesse sentido, afirmam que essas ações deveriam existir sim, “um trabalho direcionado para a depredação do patrimônio público escolar ajudaria bastante a desenvolver o senso coletivo e a diminuir os problemas causados pela depredação”, uma outra diz “Uma ação de intervenção voltada pra conscientização sobre a depredação do patrimônio público com certeza iria ajudar muito no combate aos estragos causados pela depredação, além de conscientizar mais os alunos sobre a situação”. Interessante destacar aqui que, embora as gestoras entendam que esse tipo de ação seria importante, não apontaram na previsão de tal situação vir a acontecer.

4.7 A INTERVENÇÃO

Após já ter conhecido a situação de depredação do material público da escola pesquisada, já ter entrevistado seus professores e alunos e os gestores da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES, partimos para o processo de intervenção. Partimos para essa atividade sabendo que:

- A depredação dos equipamentos e da estrutura física da escola é uma realidade;

- Embora a depredação provoque mal-estar entre os profissionais e a direção da escola, nenhuma ação efetiva tem sido tomada no sentido de que debruce sobre o problema e que efetive uma ação para abordar essa questão;

- Há, por parte do poder público municipal, investimento financeiro de grande montante para recuperar os espaços físicos e substituir os equipamentos da escola que são cotidianamente depredado;

- Não há envolvimento da comunidade escolar no sentido de se discutir ou refletir sobre o problema da depredação do patrimônio público da escola.

Nesse sentido, o trabalho de intervenção que desejávamos desenvolver ficava a cada dia mais latente da necessidade que esse fosse realizado. Dessa forma, procuramos a direção da escola, informamos da nossa pesquisa e discutimos a possibilidade de realizarmos uma ação de intervenção, com uma turma da escola, onde trabalharíamos com a questão da depredação.

Adotamos como dinâmica, inicialmente, nos apresentarmos a uma turma da escola. Nessa turma fizemos uma palestra enfocando a depredação do patrimônio público escolar. Nessa primeira apresentação utilizamos o tempo de 40 minutos.

Na ação de intervenção, objeto da pesquisa aqui apresentada, foram feitas as oficinas, em duas etapas, seguindo passo a passo o plano de investigar o que os alunos traziam de bagagem de conhecimento sobre a depredação do patrimônio público e, em seguida, fomos construindo um cenário de entendimento sobre o que é a depredação, com cartazes e textos que tratam da temática, bem como ações que podemos promover a fim de minorar a depredação dentro do patrimônio público escolar.

Durante a explanação do tema, lançávamos questões aos alunos, tais como: Se eles sabiam o que era depredação do patrimônio público escolar, se achavam que os equipamentos e os espaços físicos da escola apresentavam sinais de depredação,

se depredavam ou se sabiam que colegas depredavam a escola, se eles sabiam quanto custava para o poder público repor os equipamentos e os espaços físicos depredados, se a escola já tinha feito alguma campanha combatendo a depredação, se tinham ideia que com o montante dos gastos com a recuperação do que foi depredado poderia ser utilizado na melhoria da escola, como outros equipamentos, montar uma biblioteca, criar espaços físicos de lazer, se eles já tinham visto na escola alguma campanha pelo fim da depredação.

Numa segunda rodada, voltamos à sala de aula para mostrar imagens de escolas depredadas e não depredadas, perguntando a eles se sabiam que depredar o patrimônio público escolar é crime, mostrando-lhes o teor da lei. Por fim perguntamos qual escola eles preferiam ter, a escola depredada ou a não depredada. Nessa rodada, ainda, pedimos para que eles realizassem uma atividade onde expressassem o que sabiam sobre a depredação nas escolas.

Figura 9: Intervenção na escola: oficina



Fonte: Acervo da autora

Em visitação à Secretaria Municipal de Educação, houve a manifestação da mesma, lamentando o que acontece nas escolas do município, e ressaltou que essa é uma realidade que o país todo enfrenta como um desafio, elogiou o trabalho das

oficinas em prol da preservação do patrimônio público, considerando inclusive que o trabalho de intervenção foi bastante significativo, em especial nesse momento de tempos difíceis, pois além de corroborar para que o patrimônio público seja mais preservado, intensificou o sentimento coletivo de ajudar o próximo, em especial a valorizar aquilo que temos e que é de uso público e coletivo, dessa forma.

Figura 10: Intervenção na escola: oficina



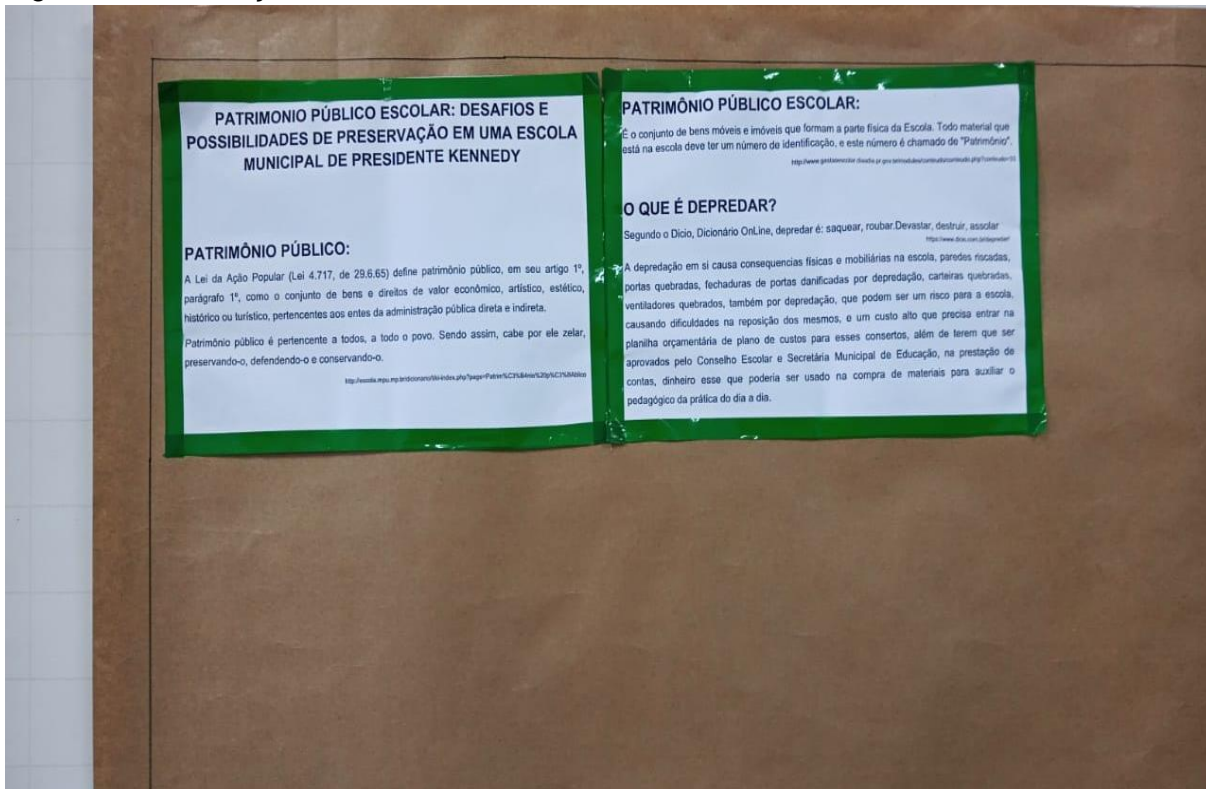
Fonte:Acervo da autora

Figura 11: Intervenção na escola: oficina



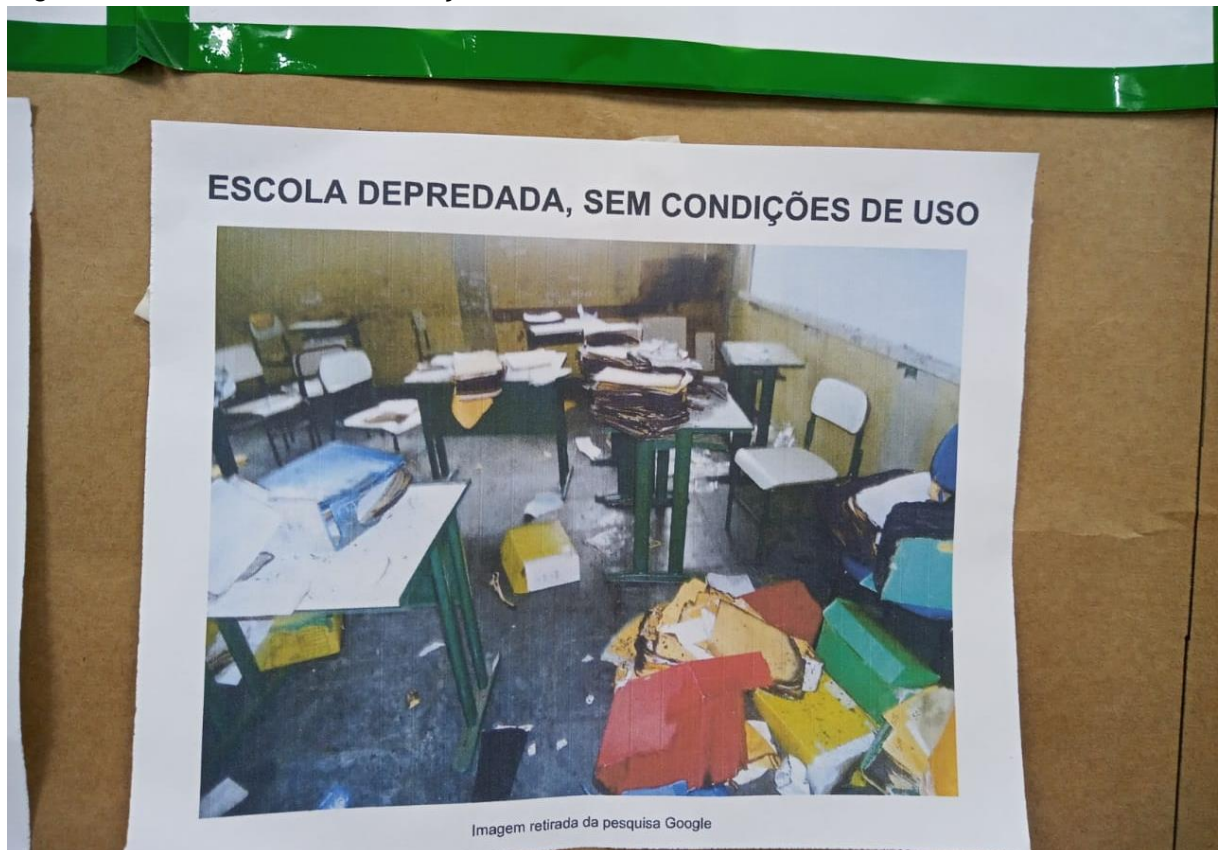
Fonte: Acervo da autora

Figura 12: Intervenção na escola: oficina



Fonte: Acervo da autora

Figura 13: Executando a Intervenção na escola



Fonte: Acervo da autora

A conversa revelou que os alunos ficaram mais conscientes e tratavam com mais zelo o material escolar permante, inclusive os professores revelaram que, por vezes, se sentiam angustiados, pois a situação de depredação do patrimônio público é uma realidade não só da EMEIF São Salvador, como em muitas escolas do país inteiro, e que as oficinas e o trabalho de intervenção ajudaram bastante a minorar os problemas com a depredação.

4. 8 AÇÕES DE INTERVENÇÃO: A TEORIA ALIADA À PRÁTICA

Os ambientes externos e internos da escola ficaram durante um bom tempo sem intervenção dos funcionários, incluindo todos os colaboradores da unidade escolar, e refletiam uma situação de uso preocupante. Tecendo uma reflexão crítica sobre o que estava acontecendo na escola, o passo foi realizar práticas que caracterizassem envolvimento e novas atitudes em relação à preservação do patrimônio escolar, tais como mutirão de limpeza; coleta de lixo no pátio e nas proximidades da escola; alunos realizando pequenos reparos no que foi depredado

do patrimônio, dentro das possibilidades e principalmente o apoio dos pais em todas as ações de conscientização.

Assim não partimos de uma fala específica, mas de uma situação-diagnóstica do cotidiano escolar, que nos desafiava a uma prática pedagógica que nos auxiliasse a modificar a realidade em que estávamos vivendo. O trabalho docente, pensado na intervenção e na prática da consciência de preservar o patrimônio público escolar, foi o que nos norteou durante todo esse processo de construção coletiva, o qual culminou com uma exposição das atividades realizadas nas quatro áreas do conhecimento, cada área com uma sala de aula específica e com a interação direta dos alunos.

Promover oficinas em sala de aula, com participação de todos os alunos, atividades em grupo, estimulando a interação entre os mesmos e a troca de experiências sobre a importância de preservar o patrimônio público escolar.

Dessa iniciativa, com oficinas com troca de idéias e com atividades de leitura direcionada e desenhos de como a escola se encontra e o que os alunos poderiam fazer para melhorar e cuidar mais e melhor da mesma, estimulando o senso de responsabilidade social e do espaço público coletivo.

Os alunos da série em questão, promoveram atividades, orientadas pela professora Dilma Josefa de Souza Moreira e, em conjunto, de acordo com o suporte técnico pedagógico, apresentando ideias e estimulando a preservar o patrimônio da escola. Essas ideias geravam a importância de manter o ambiente limpo, cuidar do mobiliário, jogar o lixo na lixeira, guardar os pertences com zelo e ter responsabilidade com o patrimônio público escolar.

Tratar a temática, com ensinamentos de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado na Preservação de Patrimônio Público Escolar, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e

cidadania.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

Segundo Funari e Pelegrini (2009), quando falamos em preservação do patrimônio público, automaticamente somos remetidos à ideia de tudo aquilo que transmitimos como herança, que variam de bens imóveis, monetários a pequenos objetos com valores sentimentais ou conhecimentos passados a gerações. Já o patrimônio coletivo discorre à concepção de que devido à multiplicidade de pontos de vista, ou seja, o que é patrimônio para uns, não é para outros, que os interesses sociais entre os governantes e a sociedade muitas vezes não coincidem, sugere uma breve análise sobre como o patrimônio foi visto ao longo do tempo e dos grupos sociais, daí a importância de preservar e valorizar o patrimônio público.

Notoriamente, o processo de globalização colabora e facilita as relações culturais, o avanço tecnológico como a internet, por exemplo, trouxe a oportunidade da integração de pessoas de diversos lugares do mundo a participarem de movimentos, Ongs, discussões, debates, entre outros meios sobre a conscientização da preservação do Patrimônio Público, seja ele Histórico, Cultural, Ambiental, Material e Imaterial.

Ao lançar um olhar para o passado, é possível enxergar uma nova perspectiva que talvez nunca tenha sido observada. É a possibilidade de dar vozes àqueles que não as têm mais e a possibilidade de dar luz a caminhos antes escuros, sombreados pelo tempo e esquecimento. A busca por vestígios para a reconstrução de um passado tal qual ele foi, seria impossível, mas sim uma representação capaz de nos fazer perceber o quão importante ele foi e ainda é.

A pesquisa levanta as questões sobre a importância da preservação e valorização do patrimônio público escolar, da memória coletiva e individual que está diretamente ligada à preservação do patrimônio histórico. Quando falamos em

patrimônio histórico, nos referimos também a uma forma de escrita, pois as cidades contam sua própria história, através de sua arquitetura, seus monumentos, sua estrutura, tudo isso colabora como vestígio e objeto de estudo que leva ao historiador tentar compreender as transformações de uma sociedade e contribuição na formação de sua identidade. Conforme mencionado na pesquisa, de acordo com Le Goff (2003), a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja completamente esquecido.

Concluindo o trabalho de intervenção, retornamos à escola para conversarmos novamente com os alunos que participaram das oficinas sobre a Depredação do Patrimônio Público Escolar. Voltamos a conversar com os alunos e pedimos que fizessem um pequeno comentário escrito sobre o que aprenderam sobre o tema. Selecionamos a fala de três estudantes como se segue:

O aluno A, reportando-se à questão do zelo e do cuidado que devemos ter em relação à escola, seu espaço físico e o patrimônio público que lá existe disse: “Temos que ter cuidado para não quebrar as coisas da escola e também não riscar as paredes e não sujar a escada e as salas para os outros alunos poderem usar. A escola tem que ser preservada para os outros alunos usarem”.

Como se pode perceber, ele entende que a preservação é necessária, que o material existente na escola é de todos.

O aluno B disse: “ Não podemos quebrar o material da escola para que os outros alunos possam estudar. Aprendemos que é crime quebrar as coisas da escola. A escola conservada é bonita e danificada não”. Aqui fica evidente que este aluno compreende que uma escola bem cuidada é mais atraente de se frequentar e para que ela seja preservada é preciso zelo e cuidado.

Fica evidente ainda que depredar o patrimônio público escolar é crime. Da mesma forma o estudante C compreende que depredação é crime e que a preservação é o caminho mais correto quando se trata de cuidar do patrimônio que é de todos. Nesse sentido afirma: “temos que conservar a escola e ter cuidado com as coisas e não danificar nada e quebrar nada. Temos que cuidar para deixar o patrimônio conservado. Aprendemos que é crime depredar o patrimônio público escolar”.

5 PRODUTO FINAL

Como produto final desta dissertação propomos a realização de um Seminário, onde a temática A Depredação do Patrimônio Público Escolar seja alvo de discussão. Nesse seminário, a Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES estará convidando alunos, professores, pais dos alunos para discutir durante 3 dias a problemática da depredação nas escolas.

A ideia é evidenciar o que é a depredação, os custos e os malefícios que ela acarreta, evidenciar a preservação da escola como sentido de cidadania. Para tanto, o evento ocorrerá num ginásio desportivo, onde estudiosos do assunto irão falar sobre como a depredação nas escolas afeta a educação brasileira. Além disso, gestores municipais irão abordar essa questão evidenciando os custos que a depredação acarreta aos cofres públicos municipais.

Paralelamente ao seminário, serão expostos equipamentos depredados nas escolas e fotos e vídeos mostrando essa ação no ambiente escolar.

Participarão do evento todos os professores das escolas públicas municipais de Presidente Kennedy, gestores escolares, profissionais que atuam em escolas, alunos e pais de alunos.

O objetivo do Seminário é promover uma ampla discussão acerca dos problemas que a depredação provoca, assim como discutir alternativas para que esse problema possa ser minorado ou eliminado.

AÇÃO A SER DESENVOLVIDA:

SEMINÁRIO DEPREDAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

JUSTIFICATIVA

No Brasil, a situação de depredação do patrimônio público escolar não é algo isolado, as instituições brasileiras sofrem com esse fenômeno, seja por paredes pichadas, carteiras quebradas, janelas e maçanetas de portas destruídas, banheiros com portas e espelhos quebrados, carteiras e paredes rabiscadas.

Tal cenário desolador acontece de norte a sul do país e no estado do Espírito Santo não é diferente – ocorre nas áreas urbanas e na zona rural, também presente

em Presidente Kennedy/ES, onde há registro de um número significativo de escolas que encontram-se depredadas. Tal situação tem sido tão grave que a Secretaria de Educação Municipal, já vem ao longo dos últimos anos se debruçando sobre este problema, embora não tivéssemos conhecimento de ações para minorar ou eliminar tal fenômeno.

Ver o patrimônio público escolar sendo depredado e destruído torna-se angustiante para professores, pais, alunos e administradores escolares municipais. Essa inquietação tem deixado, em especial, nós, educadores, a certeza de que é necessário fazer algo para que esse cenário seja mudado, pois estes sabem que eliminar a depredação do patrimônio público escolar significa promover junto aos alunos, no sentido de educar para a vida social e conseqüentemente para a vida profissional e cidadã.

Neste sentido, ao realizarmos um estudo sobre a depredação do patrimônio público escolar numa escola municipal em Presidente Kennedy/ES, foi nossa intenção, discutirmos esse problema e, dessa forma, estarmos contribuindo para uma reflexão sobre essa questão e conseqüentemente buscando a minorar esse problema que afeta a alunos, professores, gestores e a comunidade em geral

OBJETIVOS

Para a efetivação deste projeto, apresentamos como objetivos:

- ✓ Apresentar a história, evolução do conceito de direito à liberdade de expressão no Brasil, e alguns dos principais documentos que disciplinam tal instituto no mundo;
- ✓ Discorrer sobre a importância da liberdade de expressão, como direito fundamental e garantia da dignidade da pessoa humana;
- ✓ Demonstrar o poder de tal ferramenta na reivindicação de melhores condições sociais e a responsabilidade de seu uso.
- ✓ Discutir sobre as maneiras de se expressar e expor opiniões sem atacar o outro agente do discurso, necessidade de desenvolver argumentos, respeito ao próximo e empatia.
- ✓ Apresentar possíveis estratégias de abordagens sobre o tema liberdade de expressão e educação cidadã.
- ✓ Incentivar a participação dos profissionais da educação e o engajamento dos

discentes no desenvolvimento de oficinas, trabalhos, e discussões sobre o tema.

METAS

Pretendemos com o projeto:

- ✓ Conscientizar a comunidade escolar, incluindo professores, gestor, pais de alunos, alunos sobre a importância da preservação do patrimônio público escolar, entendendo esse patrimônio como um bem coletivo;
- ✓ Listar os danos causados à escola e à municipalidade, face à depredação do patrimônio escolar;
- ✓ Atuar no sentido de que comunidade, corpo técnico da escola e alunos possam discutir e achar possíveis soluções para minorar ou acabar com a depredação do patrimônio público escolar;
- ✓ Identificar as ações que surtem efeito, em relação à prática de preservação do patrimônio público escolar, valorizando o espaço coletivo de uso comum a todos;
- ✓ Promover discussões, junto aos alunos, em relação à depredação do patrimônio público escolar, no sentido de que a partir de uma ação integrada seja possível mudar a realidade da escola em relação a esse fenômeno.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

- ✓ Palestras

1º Dia

A programação do evento será assim constituída:

- ✓ Primeiro dia
- ✓ 09:00 h Abertura do evento pelo Prefeito Municipal e Secretário de Educação
- ✓ 09:30h às 11:00 h – Palestra A depredação escolar e os custos para os cofres públicos
- ✓ 11:00h às 12:00h – Oficina Ética e Cidadania: construindo valores na escola

2º Dia

- ✓ 09:00h às 11:00h – Palestra - Experiências exitosas de preservação de escolas.
- ✓ 11:00h às 12:00h – Oficina - O cotidiano nas escolas: entre violências

3º Dia

- ✓ 09:00h às 11:00h – Palestra - Valorização do patrimônio público escolar.
- ✓ 11:00h às 12:00 – Oficina - Projeto Escola Limpa.

AVALIAÇÃO

Este projeto deve ser avaliado continuamente e que sejam observados os resultados alcançados para que possa ser adequado, sempre que necessário. Toda comunidade escolar, que participar do evento, deve refletir junto à sua escola de atuação sobre a questão da depredação do patrimônio público escolar e desenvolver ações no sentido de buscar eliminar ou minorar esse problema

RESULTADOS ESPERADOS

Almejamos, com a aplicação dos trabalhos propostos, que a comunidade escolar reflita sobre a questão da preservação do patrimônio público escolar, entendendo, este ato, como uma ação cidadã, compreendendo o prejuízo que a depredação causa a toda a sociedade e que, ainda, estejam atentos a essa problemática cotidianamente, buscando encontrar soluções para este mal que persiste em se fazer presente nas escolas públicas brasileiras, enfim, que reconheçam seus direitos e tenham consciência de suas responsabilidades com a preservação dos bens coletivos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas, bibliográfica e de campo, nos indicaram a dimensão do quanto a falta de conhecimentos e conscientização levam os alunos a depredar o que os beneficia, o patrimônio público.

Decerto, a família não orienta em relação a ações diferentes, no caso, de preservação, sua preocupação maior se dá em enviar os filhos à escola, que consigam aprender e avançar nos estudos, e a parte da conservação fica esquecida, ou pouco orientada.

As evidências, mostradas em fotos, mostram que há uma incoerência quanto aos que as professoras indicam nas entrevistas, pois afirmam se sentirem angustiadas e tristes, mas não se mobilizam ou cobram ações diferentes dos alunos, ou seja, de preservação do espaço escolar.

A verdade, estabelecer a culpa no outro é algo comum e a escola precisa ter atores que se preocupam em cuidá-la, em mantê-la arrumada e agradável, com ambientes organizados, mobília conservada, paredes e piso limpos, ou seja, um local que dê vontade de frequentar.

Se o próprio aluno quebra, destrói e o professor e outros funcionários não agem, corrigindo, orientando, ele não terá o sentimento de pertencimento. Mas se, ao contrário, as intervenções acontecerem, o aluno terá prazer em cuidar, pois entenderá que aquele lugar também é seu.

A ideia de convocar a toda a comunidade escolar para ações como seminário, projeto é de grande valia, pois envolve a todos e traz à reflexão ato muito relevante.

Outra ação importante é constatar que os gastos com reformas, reparos e consertos reduzem a aplicação e investimento em melhorias e em recursos didáticos que estariam recebendo.

Preservar o patrimônio público deve ser um tema trabalhado em todas as disciplinas e em todas as turmas, pois a escola é de todos e deve ser mantido por cada um.

A depredação deve ser trabalhada como crime, algo que tem punição, pois é regida por lei. A família deve estar ciente dessas informações, para que oriente os filhos a não praticá-la.

REFERÊNCIAS

- ABREU; CHAGAS, **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
- ANDRÉ, Marli Dalmazo Afonso de. **Pesquisa e formação de professores e educação básica**. São Paulo: PUC, 1986.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense: Coleção Primeiros Passos, 1981.
- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 23 de dezembro de 1996, p. 27.894.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Educação e pesquisa**. São Paulo: Ática: 2008
- CANDAU, Vera Maria. **Desafios para prática pedagógica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CARVALHO, José Sergio. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre/RS: Penso, 2013.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2006.
- CUNHA; CHALIBA. **A solução está no afeto**. São Paulo, 15ª edição. Ed. Gente, Brasília, 2014.
- ESCOLANO, Benito. **Compreendendo o processo de transformação pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- GHIRALDELLI Júnior, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais – Rumo a uma pedagogia crítica da Aprendizagem**. Trad.: Daniel Bueno. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1987.
- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. **Responsabilidade civil**. S-]ao Paulo, Saraiva, 2008.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3. ed.

Petrópolis/RJ, 1992.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, São Paulo, Vozes, 2006.

JESUS, RIBEIRO. **Educação e História da Educação**. São Paulo, Ática, 1986.

LDB, **Lei Diretrizes e Bases da Educação**. Brasil, São Paulo: Saraiva, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão. Campinas: SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MOGARRO, MARIA JOÃO. **Patrimônio educativo e modelos de cultura escolar**. Rio de Janeiro, Ática, 2013.

MORAN, José Manuel. **Na sociedade de hoje, a sociedade da comunicação e informação, quais os principais desafios da educação e informação?** São Paulo: Atlas, 2007.

MIRANDA, Rosa Maria da Costa e Silva de. **Preservação do patrimônio público**. Curitiba/PR: Secretaria de Educação, 2009.

OLIVEIRA; DUARTE. **O sujeito e as construções existenciais**. São Paulo: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Fabiana de; SOARES, André Luís. **Valorização do patrimônio como tema transversal**: utilizando a educação patrimonial como forma de sensibilização do Público Escolar. 2009 – Disponível em: <http://sumarios.org/sites/default/files/pdfs/1787-6003> . acesso em 09 de jan. de 2021.

PELLEGRINI, SANDRA. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade**. São Paulo, Saraiva, 2009..

POSSAMAI, Zita Rosani. **Valorização da preservação pública escolar**. São Paulo: Ática, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1988.

IMASAKI, Adebil de Brito Rocha; VIEIRA, Márcia de Freitas. **Patrimônio público escolar**: da conscientização à preservação, um exercício de cidadania no Ensino Fundamental. 2003. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8901/1/Patrim%C3%B4nio%20p%C3%ABlico%20escolar_Livro3%20Escola%20Gestores.pdf acesso em: 07 de outubro de 2021.

SALVADORI, JÚNIOR. **A arte de produzir a preservação**. São Paulo, Vozes, 2008.

SIMAS, CLÁUDIA. **Arte e reabilitação**. São Paulo, Moderna, 2012.

SOUZA, Francisco Djacyr de, **A escola e a defesa do patrimônio**, 2009 – Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/a-escola-e-a-defesa-do-patrimonio-6236/artigo/> - acesso em 15.mai. 2012

SOUZA, Djacyr de. **Preservação do ambiente**: Uma ação de Cidadania. Fortaleza/CE, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo. **Introdução á pesquisa em Ciências Sociais** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO, **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O Patrimônio Cultural**. Disponível em www.portaliphan.gov.br, acesso em 22.01.2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO



ENTREVISTA SOBRE A DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR, DESTINADA A PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA UNIDADE DE ENSINO ABAIXO DESCRITA. FICA RESERVADO E AUTORIZADA A TRANSCRIÇÃO FIEL DAS RESPOSTAS DESTES QUESTIONÁRIO PARA O TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE DILMA JOSEFA DE SOUZA MOREIRA.

UNIDADE DE ENSINO: EMEIF São Salvador

DATA: 01/09/2021

- 1 – Você já assistiu ou sabe sobre depredação do material escolar em sua escola?
- 2 – Que angústias lhe causam ao ver o problema da depredação do patrimônio público escolar, na sua unidade de ensino?
- 3 – Quais os motivos você considera que levam os escolares a depredarem o patrimônio público escolar?
- 4 - Qual o material escolar é depredado com mais frequência?
- 5 – De que maneira a gestão e os professores de sua escola lidam com a situação da depredação do patrimônio público escolar?
- 6 – Concorda que uma ação de intervenção, aliando teoria e prática podem mudar essa situação? Discorra brevemente sobre.
- 7 – A escola em que você atua realiza alguma ação para falar sobre a depredação do patrimônio escolar?

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO



ENTREVISTA SOBRE A DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR, DESTINADA A GESTOR DA REDE PÚBLICA DA UNIDADE DE ENSINO ABAIXO DESCRITAS. FICA RESERVADO E AUTORIZADA A TRANSCRIÇÃO FIEL DAS RESPOSTAS DESTE QUETIONÁRIO PARA O TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE DILMA JOSEFA DE SOUZA MOREIRA.

- 1 – De que maneira ocorre o problema da depredação do patrimônio público escolar, na sua unidade de ensino?

- 2 – Que motivos você considera que levam os escolares a depredarem o patrimônio público escolar?

- 3 - Qual o material escolar é depredado com mais frequência?

- 4 – Que custo é gerado no plano de aplicação, quanto se gasta anualmente para concertar materiais depredados?

- 5 – Concorda que uma ação de intervenção, aliando teoria e prática podem mudar essa situação? Discorra brevemente sobre.

APÊNDICE 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO



ENTREVISTA SOBRE A DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR, DESTINADA A ALUNOS DA REDE PÚBLICA DA UNIDADE DE ENSINO ABAIXO DESCRITA. FICA RESERVADO E AUTORIZADA A TRANSCRIÇÃO FIEL DAS RESPOSTAS DESTE QUESTIONÁRIO PARA O TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE DILMA JOSEFA DE SOUZA MOREIRA.

- 1 – O que você entende por depredação do patrimônio público escolar?
- 2 – Você se posiciona contrário à depredação escolar? De que forma e por que?
- 3 – Você e seus colegas de turma contribuem para preservação do patrimônio escolar? De que forma?
- 4 – Fale sobre o que é depredado onde você estuda. Como isso acontece?
- 5 - Qual o material escolar é depredado com mais frequência?
- 6 – Você tem ajudado a preservar o ambiente escolar? E alguns de seus colegas?
- 7 – Concorda que fazer um trabalho pra conscientizar sobre a importância de manter o patrimônio público para uso de todos é importante, como oficinas e atividades em geral.
- 8 – Você gostaria que fosse feita uma campanha na sua escola para falar da depredação do material escolar? Se sim, por quê?
- 9 – Sua família conversa com você sobre manter o espaço escolar sempre limpo, te ajudam e ensinam que é um espaço de todos por ser público?
- 10 – Que sugestão você daria pra que a escola consiga melhorar a situação da depredação do patrimônio público?

11 – Na sua escola, os professores, os auxiliares de limpeza, as merendeiras, também ajudam a manter a espaço escolar agradável sem deprestar o mesmo?